



# **BALANÇO GERAL 1977**

**SUPERVISÃO DE ORÇAMENTO**

**SINVAL GUAZZELLI**  
Governador do Estado

**JORGE BABOT MIRANDA**  
Secretário de Estado da Fazenda

**JOSÉ VESCOVI NETO**  
Contador e Auditor-Geral do Estado

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**



Apresentação .....	1-013
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros .....	1-014/ 024
Despesas Autorizadas .....	1-014
Créditos Ordinários .....	1-014
Créditos Especiais .....	1-017
Recursos Financeiros .....	1-018
Fundo Geral .....	1-018
Fundos Especiais .....	1-020
Operações de Crédito .....	1-022
Resultado Presumível do Exercício .....	1-023
Balanço Financeiro .....	1-025/ 066
Execução do Orçamento .....	1-025
Análise da Receita .....	1-028
Receitas Correntes .....	1-029
Receita Tributária .....	1-029
Receita Patrimonial .....	1-032
Receita Industrial .....	1-034
Transferências Correntes .....	1-035
Receitas Diversas .....	1-037
Receitas de Capital .....	1-039
Análise da Despesa .....	1-043
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	1-053
Evolução da Despesa .....	1-055
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas ..	1-058
Análise do Resultado Financeiro do exercício .....	1-061
Operações Extra-Orçamentárias .....	1-064
Reflexos da gestão financeira sobre o Patrimônio Financeiro .....	1-065
Balanço Patrimonial .....	1-067/ 099
Ativo do Estado .....	1-069
Ativo Financeiro .....	1-069
Ativo Permanente .....	1-071
Dívidas do Estado .....	1-079
Dívida Fundada Externa .....	1-082
Dívida Fundada Interna .....	1-084
Dívida Flutuante .....	1-092
Restos a Pagar .....	1-093
Serviço da Dívida a Pagar .....	1-093
Depósitos .....	1-094
Débitos de Tesouraria .....	1-095
Diversos .....	1-095
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	1-100/ 103
Apuração do Descoberto Financeiro em 31.12.77 .....	1-104/ 114
Considerações Finais .....	1-115/ 116

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	2-003
BALANÇO FINANCEIRO .....	2-004/2-005
Modelo Padrão .....	2-004
Análise do Modelo Padrão .....	2-005
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	2-006/2-014
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas ...	2-006
Receita .....	2-007/2-013
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	2-007
Demonstrativo da Receita por Estação Arrecadadora .....	2-010
Despesa .....	2-014
Créditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	2-014
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS .....	2-015/2-025
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	2-026/2-030
Modelo Padrão .....	2-026
Análise do Modelo Padrão .....	2-027
BALANÇO PATRIMONIAL .....	2-031/2-098
ANÁLISE DO ATIVO .....	2-032/2-057
Financeiro .....	2-032/2-049
Disponível .....	2-032/2-041
Caixa .....	2-032
Bancos, c/Disponíveis .....	2-033
Bancos, c/Especial AL .....	2-035
Exatorias .....	2-040
Coordenadorias .....	2-041
Vinculado em Conta Corrente Bancária .....	2-042
Bancos, c/Vinculadas .....	2-042
Realizável .....	2-043/2-049
Devedores .....	2-043
Responsáveis .....	2-046
Prefeituras, c/Devedoras .....	2-047
Suprimentos Autorizados .....	2-048
Valores do Estado .....	2-049
Permanente .....	2-050/2-057
Devedores por Empréstimos .....	2-050
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927 .....	2-051
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa ..	2-052
Participação em Sociedades de Economia Mista do Estado .....	2-053
Participações Diversas .....	2-054
Almoxarifados .....	2-055
Fundos para Financiamentos .....	2-056
Fundos Diversos .....	2-057
ANÁLISE DO PASSIVO .....	2-058/2-091
Financeiro .....	2-058/2-091
Dívida Flutuante .....	2-058
Depósitos de Autarquias .....	2-065
Depósitos de Consignatários .....	2-066
Depósitos de Fundações .....	2-068
Cauções .....	2-069
Retenções .....	2-082
Empréstimos por Antecipação da Receita .....	2-087
Contribuições para Autarquias .....	2-088
Contribuições para Fundações .....	2-089
Empresas, c/Capital a Integralizar .....	2-090
Fundos Especiais .....	2-091
Permanente .....	2-092/2-093
Dívida Fundada Interna .....	2-092
Dívida Fundada Externa .....	2-093
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	2-094/2-098
Valores em Poder de Terceiros .....	2-094
Valores Nominais Emitidos .....	2-095
Avais Concedidos .....	2-096
Caixa de Títulos e Valores do Estado .....	2-097
Valores de Terceiros .....	2-098

# ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1 - ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE GOVERNO .....		3-005/3-049
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade .....	3-005
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo as Categorias Econômicas .....	3-011
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo Projeto e Atividade .....	3-017
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo as Categorias Econômicas .....	3-019
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo Projeto e Atividade .....	3-021
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo as Categorias Econômicas .....	3-025
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo Projeto e Atividade .....	3-029
	Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo as Categorias Econômicas .....	3-036
	Consolidação Geral da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-045
	Análise da Despesa Realizada no Elemento 315.0 - Despesa de Exercícios Anteriores .....	3-048
2 - ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE ÓRGÃO .....		3-057/3-402
	<b>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA</b> .....	3-057/3-064
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-057
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-058
	Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos .....	3-059
	Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-061
	Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-063
	<b>TRIBUNAL DE CONTAS</b> .....	3-067/3-072
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-067
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-068
	Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos .....	3-069
	Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-070
	Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-072
	<b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b> .....	3-077/3-082
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-077
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-078
	Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos .....	3-079
	Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-080
	Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-082
	<b>TRIBUNAL DE ALÇADA</b> .....	3-085/3-089
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-085
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-086
	Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos .....	3-087
	Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-088
	Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-089
	<b>TRIBUNAL DO JÚRI E JUÍZADOS</b> .....	3-093/3-097
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-093
	Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-094
	Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos .....	3-095
	Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas .....	3-096
	Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-097

JUIZADO DE MENORES .....	3-101/3-105
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-101
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-102
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-103
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-104
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-105
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO .....	3-109/3-113
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-109
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-110
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-111
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-112
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-113
GOVERNO DO ESTADO .....	3-119/3-128
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-119
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-120
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-121
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-123
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-126
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA .....	3-131/3-135
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-131
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-132
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-133
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-134
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-135
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO .....	3-139/3-143
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-139
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-140
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-141
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-142
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-143
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO .....	3-147/3-155
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-147
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-148
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-149
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-150
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-153
SECRETARIA DA JUSTIÇA .....	3-159/3-174
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-159
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-160
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-162
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-165
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-170

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO .....	3-177/3-187
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-177
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-178
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-180
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-183
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-185
SECRETARIA DA FAZENDA .....	3-191/3-209
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-191
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-192
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-194
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-197
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-203
SECRETARIA DA AGRICULTURA .....	3-213/3-235
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-213
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-214
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-217
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-224
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-230
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO .....	3-239/3-247
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-239
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-240
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-241
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-244
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-246
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES .....	3-251/3-257
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-251
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-252
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-253
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-254
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-256
SECRETARIA DOS TRANSPORTES .....	3-261/3-269
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-261
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-262
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-263
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-265
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-267
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA .....	3-273/3-302
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-273
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-274
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-278
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-285
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-293

SECRETARIA DA SAÚDE .....	3-305/3-315
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-305
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-306
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-307
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-310
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-313
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL .....	3-319/3-326
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-319
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-320
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-321
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-323
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-325
SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS .....	3-329/3-342
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-329
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-330
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-332
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-335
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-339
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	3-345/3-360
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-345
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-346
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-348
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-350
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-356
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO .....	3-363/3-370
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-363
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-364
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-365
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-366
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-368
SECRETARIA DO TURISMO .....	3-373/3-380
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-373
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-374
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-375
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-377
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-379
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO .....	3-383/3-392
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Órgão .....	3-383
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segun do Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária .....	3-384
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Ele- mentos .....	3-386
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Ru- bricas .....	3-389
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Cate- gorias Econômicas, Elementos e Rubricas .....	3-391

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**



Porto Alegre, 20 de abril de 1978.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício de 1977, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor Jorge Sabot Miranda, Digníssimo Secretário de Estado de Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

Apraz-nos transmitir a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício econômico-financeiro de 1977, conforme o disposto na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

Integra dito documento um conjunto harmônico e coordenado de peças, estruturadas em obediência à legislação vigente e à mais acurada técnica contábil.

O Balanço Geral e a presente exposição constituem a prestação de contas que o Chefe do Poder Executivo deve apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa, em consonância com o que estatui o inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

A elaboração desta exposição inspira-se no propósito de facilitar a leitura e o entendimento do Balanço Geral e de buscar a primeira interpretação dos principais aspectos da gestão econômico-financeira desenvolvida no período administrativo de 1977.

Procuramos, outrossim, oferecer subsídios aos órgãos superiores de fiscalização e julgamento da prestação de contas governamental, bem como fornecer à Administração do Estado informações que possam contribuir para a execução do plano de governo referente ao ano em curso e para a elaboração de programas futuros.

## 1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 1977, promulgada sob nº 7.029, em 3 de dezembro de 1976, traçou o plano financeiro básico para o mencionado ano, no montante de Cr\$ 14.396.478.000,00, tanto para a receita prevista como para a despesa fixada.

A fim de que se pudesse ajustar às necessidades da Administração Estadual, o referido plano sofreu inúmeras alterações de caráter quantitativo-qualitativo.

No que tange à despesa, as modificações introduzidas provêm do cancelamento de dotações e da abertura de créditos suplementares e especiais, não tendo sido aberto nenhum crédito extraordinário.

Os recursos financeiros que deram cobertura a esses créditos adicionais tiveram origem no excesso de arrecadação, na realização de operações de crédito e no recebimento de contribuições da União.

Essas alterações elevaram tanto a despesa fixada como os recursos previstos para Cr\$ 16.480.553.670,26, de sorte que o equilíbrio formal do orçamento inicial foi mantido.

A análise da despesa fixada e dos recursos a ela vinculados é efetuada a seguir.

### 1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

A apreciação dos créditos orçamentários é realizada conforme a natureza dos mesmos.

#### 1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Originalmente a Lei de Meios consignou créditos no valor de Cr\$ ...  
14.396.478.000,00.

As alterações verificadas no plano financeiro inicial decorrem de suplementações, no valor de Cr\$ 4.964.878.745,29, e de reduções, na quantia de Cr\$ 2.906.797.896,27, no entanto, como o Fundo de Reserva Orçamentária foi suplementado em Cr\$ 700.000.000,00, para posterior redistribuição, esta importância foi considerada duas vezes, ou seja, tanto nas suplementações como nas reduções, de forma que o líquido das mesmas é de Cr\$ 4.264.878.745,29 e Cr\$ 2.206.797.896,27, respectivamente.

O quadro que segue demonstra, por categorias e subcategorias econômicas, os créditos iniciais, as suplementações, as reduções e os créditos alterados.

C R É D I T O S    O R D I N Á R I O S

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
<b>DESpesas CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	4.863.176.000,00	1.746.675.324,07	118.124.310,00	6.491.727.014,07
Transferências Correntes .....	5.892.932.000,00	1.896.410.813,14	2.084.453.675,00	5.704.889.138,14
Subtotal	10.756.108.000,00	3.643.086.137,21	2.202.577.985,00	12.196.616.152,21
<b>DESpesas DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	1.190.928.000,00	517.671.082,16	328.515.723,78	1.380.083.358,38
Inversões Financeiras .....	651.369.000,00	136.843.728,87	308.268.593,00	479.944.135,87
Transferências de Capital .....	1.798.073.000,00	667.277.797,05	67.435.594,49	2.397.915.202,56
Subtotal .....	3.640.370.000,00	1.321.792.608,08	704.219.911,27	4.257.942.696,81
<b>TOTAL .....</b>	<b>14.396.478.000,00</b>	<b>4.964.878.745,29</b>	<b>2.906.797.896,27</b>	<b>16.454.558.849,02</b>

Assim se sintetizam as alterações verificadas no orçamento inicial:

Orçamento inicial .....		14.396.478.000,00
Suplementações .....	4.964.678.745,29	
Reduções .....	(-) <u>2.906.797.896,27</u>	<u>2.058.080.849,02</u>
Orçamento com as alterações decretadas .....		16.454.558.849,02 =====

Verifica-se que o orçamento inicial foi alvo do acréscimo líquido de Cr\$ 2.058.080.849,02, equivalente a 14,29% das autorizações votadas.

#### 1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

Além dos créditos ordinários contidos no orçamento e respectivas alterações, vigoraram, no ano sob exame, sete autorizações especiais de despesa, na quantia de Cr\$ 25.994.821,24, que atinge 0,16% do total da despesa autorizada. Em 1976, os créditos especiais foram em igual número, porém no valor de Cr\$ 5.518.764,89.

Como se vê, no ano de 1977, houve acentuado aumento no valor destes recursos orçamentários, notadamente devido à necessidade de recuperação de obras públicas e construção de casas no município de Pelotas, em virtude das enchentes ocorridas nos meses de julho e agosto desse ano, o que motivou a abertura de um crédito especial da ordem de Cr\$ 20.000.000,00.

As autorizações especiais tiveram a seguinte destinação:

Aquisição de imóvel em Três Cachoeiras, para instalação de balanço e Posto Fiscal .....	310.000,00.
Obras de recuperação da sede do Escritório do Estado em Brasília .....	365.000,00
Obras de recuperação do Teatro São Pedro .....	3.000.000,00
Auxílios diversos .....	407.371,24
Aquisição do acervo do extinto Colégio Rui Barbosa ....	385.450,00
Recuperação de obras danificadas ou destruídas pelas enchentes ocorridas em julho e agosto de 1977, bem como construção de 210 casas populares para pessoas carentes, e respectiva rede elétrica, na cidade de Pelotas .....	20.000.000,00

Controle do equilíbrio ecológico .....	<u>1.527.000,00</u>
	25.994.621,24
	=====

### 1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros indicados para dar cobertura à despesa orçamentária somaram Cr\$ 16.480.553.670,26. Para melhor análise, esses recursos são grupados em três classes, que serão minuciosamente examinadas a seguir.

#### 1.2.1 - FUNDO GERAL

Sob esta designação, compreendem-se as receitas que, sem qualquer vinculação, dão cobertura genérica à despesa orçamentária, excluído o produto de o-  
perações de crédito.

A seguir é feita a apuração dos recursos que constituem o Fundo Ge-  
ral, desdobrados segundo a espécie de créditos e que deram cobertura.

#### I - Recursos da competência do exercício de 1977

##### a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita orçada .....		14.396.478.000,00
Mais		
Previsão de maior arrecadação		
Imposto sobre circulação de mercadorias		
Vinculado ao incentivo fiscal a		
indústrias de produtos sem sími		
lar no Estado .....	48.000.000,00	
De outras fontes .....	950.000.000,00	
Fundo de participação dos Estados,		
Distrito Federal e Territórios ..	<u>7.855.000,00</u>	<u>1.005.855.000,00</u>
		15.402.333.000,00
Menos		
Parcela de 20% do imposto sobre cir		
culação de mercadorias orçado, re		
ferente à participação dos municí		
pios .....	1.926.000.000,00	
Taxa Rodoviária Única		
Parcela destinada ao Departamento		
Autônomo de Estradas de Rodagem.	155.155.000,00	

Parcela destinada aos municípios.	110.825.000,00	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	106.020.000,00	
Transferências da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, referentes ao resultado líquido da Loteria do Estado, orçadas .....	12.173.000,00	
Operações de crédito orçadas .....	2.383.105.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	18.550.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	111.509.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de suporte financeiro a créditos especiais abertos .....	<u>4.467.821,24</u>	<u>4.827.804.821,24</u>
		10.574.528.178,76

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais .....	<u>4.467.821,24</u>
	10.578.996.000,00
	=====

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1974

Recursos provenientes do cancelamento de empenho a favor da Companhia de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO, inscrito como "Restos a Pagar - Empenhos a Liquidar 1974", contabilizado como receita de indenizações e restituições, sob a rubrica "1.5.2.02 - Outras indenizações e restituições" .....	2.000.000,00
--	--------------

Recursos do exercício de 1976

Maior arrecadação de receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde .....	<u>804.723,61</u>
	2.604.723,61
	=====

Sob outro ângulo, o Fundo Geral pode ser assim desdobrado:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1977.....	10.574.528.178,76
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>2.604.723,61</u>
	10.577.132.902,37

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1977 .....

4.467.821,24  
10.581.600.723,61  
\*\*\*\*\*

### 1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Reúnem-se sob esta espécie de recursos, com exclusão do produto de operações de crédito, todas as receitas orçamentárias destinadas à realização de determinados objetivos ou serviços que, para a sua aplicação, devem observar normas especiais.

Esses recursos foram destinados à cobertura de créditos ordinários e especiais.

São discriminados, a seguir, os componentes dos fundos especiais, segundo a competência dos exercícios:

#### I - Recursos de competência do exercício de 1977

##### a) Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, referente à participação dos municípios .....	1.926.000.000,00
Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem..	155.155.000,00
Parcela destinada aos municípios..	110.825.000,00
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	106.020.000,00
Contribuição da União Federal, referente aos seguintes recursos	
Programa de Apoio Comunitário ....	25.000.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano .....	213.081.239,00
Fundo Especial - item III do art. 25 da Constituição Federal - Convênio União/Estado .....	2.675.285,17
Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Formação do Fundo Urbano .....	1.000.000,00
Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	175.441.236,56



Imposto sobre serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros e cargas .....	43.000.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	18.550.000,00	
Convênio União/Estado - Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Tributação e Arrecadação .....	1.000.000,00	
Financiamentos de Projetos Especiais	5.000.000,00	
Transferência da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, referente ao resultado líquido da Loteria do Estado, estimativa orçamentária .....	<u>12.173.000,00</u>	2.794.920.760,73

b) Para cobertura de créditos especiais

Contribuição à conta de convênio entre o Ministério do Interior, o Estado do Rio Grande do Sul e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul .....		<u>21.527.000,00</u>
		2.816.447.760,73
		=====

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

Recursos da Loteria do Estado, apurados na exposição do Balanço Geral do Estado, no ano de 1976, assim distribuídos:

- vinculados ao art. 1º, item I, da Lei nº 6.953/75 .....	753.428,23	
- vinculados ao art. 1º, item II, da Lei nº 6.953/75 .....	4.765.732,34	
Cancelamento da despesa empenhada à conta do crédito suplementar aberto através do Dec. nº 25.205, de 31/12/76 ....	<u>5.726.000,00</u>	11.245.160,57
		=====

Sinteticamente, os recursos dos fundos especiais assim se apresentam:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1977 .....	2.794.920.760,73	
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>11.245.160,57</u>	
	2.806.165.921,30	
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1977 .....	<u>21.527.000,00</u>	
	2.827.692.921,30	
	=====	

### 1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita proveniente de operações de crédito constitui a última etapa da análise dos recursos financeiros.

No exercício de 1977, a exemplo do já ocorrido em 1976, os recursos resultantes de empréstimos deram cobertura à despesa autorizada através de créditos ordinários.

Essas operações de crédito, com a indicação das que apresentarem ou não possibilidade de realização, são desdobradas a seguir:

#### I - Operações de Crédito realizáveis

Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 24.2.76 - Lei nº 6.949, de 23.12.75 .....	81.826.491,25
Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 15.10.76 - Lei nº 6.962, de 30.12.75 .....	192.000.000,00
Empréstimo de 1.077.920 UPC, contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 2.5.77 - Lei nº 7.070, de 11.4.77 .....	15.500.000,00
Empréstimo de 16.337 UPC, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 8.6.77 - Lei nº 7.071, de 20.4.77 .....	3.508.078,07
Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado com o Kreditanstalt Für Wiederaufbau, em 19.12.74 - Lei nº 6.284, de 25.10.71 - Parcela a receber neste exercício ..	8.000.000,00
Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei nº 6.465, de 15.12.72, e Decreto nº 24.937, de 28.9.76 - 11a. série .....	921.885.589,83
Empréstimo a ser contratado com o Banco Nacional de Habitação	52.922.150,40
Empréstimo a ser contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	334.398.304,63
	<u>1.610.040.615,18</u>
	=====

II - Operações de crédito sem possibilidades de realização

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, correspondente a empréstimos não ultimados e a parcelas a receber no próximo exercício .....	1.461.219.410,17	=====
--	------------------	-------

Os recursos provenientes de operações de crédito assim se sintetizam:

Operações de crédito realizáveis .....	1.610.040.615,18	
Operações de crédito sem possibilidade de realização	<u>1.461.219.410,17</u>	
		3.071.260.025,35
		=====

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

A determinação do resultado presumível do exercício decorre do confronto da totalidade dos recursos financeiros com o montante dos créditos votados.

Na apuração desse resultado não podem ser considerados os recursos de exercícios anteriores, por terem sido apropriados aos mesmos, nem as operações de crédito que não apresentaram possibilidade de realização, ainda que legalmente tenham dado suporte financeiro à despesa.

Face ao critério exposto, o resultado presumível do exercício é apurado da seguinte forma:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários .....	16.454.558.849,02	
Créditos especiais .....	<u>25.994.821,24</u>	16.480.553.670,26

RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral		
Da competência do exercício .....	10.578.996.000,00	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício .....	2.816.447.760,73	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis .....	<u>1.610.040.615,18</u>	<u>15.005.484.375,91</u>
Deficit presumível do exercício .....		<u>1.475.069.294,35</u>
		=====

Esse resultado seria alcançado se o montante dos recursos da competência do exercício bem como as operações de crédito consideradas realizáveis fossem integralmente efetivados, e a despesa viesse a ser realizada na totalidade dos créditos consignados no orçamento.

De forma diferente, pode-se afirmar que o deficit presumível do exercício equivale à soma dos valores dos recursos de exercícios anteriores e das operações de crédito sem possibilidade de realização.

No capítulo seguinte, é demonstrada a execução da receita e da despesa, bem como o resultado financeiro.

## 2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro é o documento que demonstra, sinteticamente, as operações de receita e despesa, tanto orçamentárias como as que se processam à margem da Lei de Meios, conjugadas com as disponibilidades financeiras do início e do fim do exercício. Constitui, juntamente com os numerosos anexos que detalham a receita e a despesa realizadas, a peça básica para apreciação e julgamento da gestão financeira desenvolvida, realçando, inclusive, as variações de que foi passível o patrimônio financeiro.

Segue uma análise minuciosa da execução orçamentária, das operações extra-orçamentárias, bem como do resultado financeiro apurado.

### 2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A execução do orçamento de 1977 pode ser assim sintetizada:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	11.846.576.314,44	
Despesas de Capital	<u>3.487.228.169,99</u>	15.333.804.484,43
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	12.215.840.725,78	
Receitas de Capital	<u>2.452.092.156,69</u>	<u>14.667.932.882,47</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit financeiro do exercício .....		665.871.601,96
		=====

Esse deficit, em relação ao verificado no exercício anterior, apresenta uma redução da ordem de 49%, e, comparativamente à despesa realizada, a sua evolução nos últimos cinco anos é a seguinte:

Ano	Deficit Financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1973	175.128.098,73	4,8%
1974	195.645.296,17	3,8%
1975	425.159.881,10	5,3%
1976	1.303.807.015,00	11,7%
1977	665.871.601,96	4,3%

O resultado obtido, no valor de Cr\$ 665.871.601,96, embora deficitário, adquire significação quando comparado com o deficit presumível apurado no capítulo inicial, no montante de Cr\$ 1.475.069.294,35.

A política que a Administração Superior vem adotando para a execução do orçamento, voltada para o incremento da receita e para rigorosa contenção de despesa, apresentou, como consequência das medidas postas em prática, uma arrecadação a maior no conjunto das receitas correntes, que compensou grande parte dos Cr\$ ... 902.581.196,62 resultantes de operações de crédito estimadas e não realizadas. Esse fato, aliado à maior arrecadação das demais receitas de capital e à economia decorrente da não utilização da totalidade das autorizações de despesa, responde pela apreciável redução do deficit presumível, como se demonstra:

Recursos financeiros realizáveis ...	15.005.484.375,91
Menos: Receita realizada .....	<u>14.667.932.882,47</u>
Menor receita .....	337.551.493,44 *****
Despesa fixada .....	16.480.553.670,26
Menos: Despesa realizada .....	<u>15.333.804.484,43</u>
Menor despesa .....	1.146.749.185,83 *****

A conjugação dessas variações com o resultado presumível do exercício evidencia o deficit apurado:

Deficit presumível do exercício .....	1.475.069.294,35
Mais: Menor receita 337.551.493,44	
Menos: Menor despesa <u>1.146.749.185,83</u>	<u>809.197.692,39</u>
Deficit financeiro do exercício .....	665.871.601,96 *****

A execução orçamentária poderá ser melhor visualizada através do gráfico que segue:

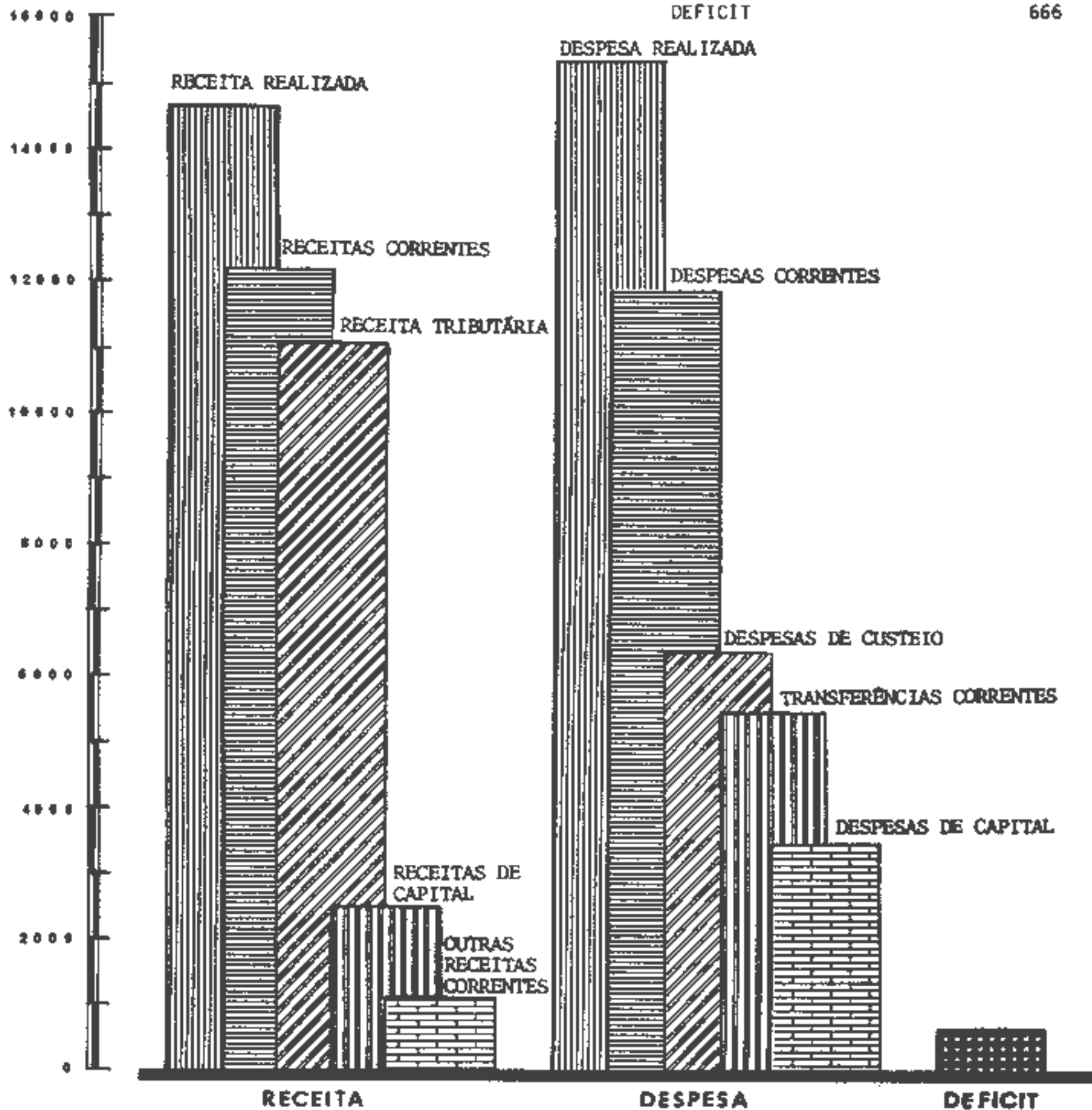
# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO 1977

BILHÕES  
DE CR\$

RECEITA REALIZADA	14.667
RECEITAS CORRENTES	12.215
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.080
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.135
RECEITAS DE CAPITAL	2.452

DESPEZA REALIZADA	15.333
DESPESAS CORRENTES	11.846
DESPESAS DE CUSTEIO	6.343
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.503
DESPESAS DE CAPITAL	3.487
DEFICIT	666



## 2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

O total da receita orçamentária arrecadada em 1977 atingiu Cr\$ ... 14.667.932.882,47, ultrapassando a previsão em Cr\$ 271.454.882,47. Comparativamente ao ano anterior, houve o incremento de 49,75%.

Uma demonstração detalhada da receita por categorias econômicas, fontes, rubricas e estações arrecadadoras é encontrada nos anexos que acompanham o Balanço Financeiro.

A execução da receita orçamentária assim se sintetiza:

	Orçada	Arrecadada	%
<b>Receitas Correntes</b>			
Tributárias			
Impostos .....	10.040.800.000,00	10.945.783.511,85	74,62
Taxas .....	<u>130.400.000,00</u>	<u>134.878.164,66</u>	<u>0,92</u>
	10.171.200.000,00	11.080.661.676,51	75,54
Patrimonial .....	410.620.000,00	82.071.709,83	0,56
Industrial .....	48.869.000,00	18.230.732,02	0,12
Transferências Correntes .....	449.023.000,00	631.776.465,36	4,31
Receitas Diversas .....	<u>387.906.000,00</u>	<u>403.100.142,06</u>	<u>2,75</u>
	11.467.618.000,00	12.215.840.725,78	83,28
<b>Receitas de Capital</b>			
Operações de Crédito .....	2.383.105.000,00	1.480.523.803,38	10,09
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	4.300.000,00	22.303.866,06	0,15
Transferências de Capital .....	534.109.000,00	730.904.733,49	4,98
Outras Receitas de Capital ...	<u>7.346.000,00</u>	<u>218.359.753,76</u>	<u>1,50</u>
	14.396.478.000,00	14.667.932.882,47	100,00
	=====	=====	=====

Segue uma minuciosa apreciação sobre a receita realizada.



### 2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Receitas no valor de Cr\$ 12.215.840.725,78 foram arrecadadas nesta categoria econômica e serão objeto de exame detalhado.

#### RECEITA TRIBUTÁRIA

Os ingressos de origem tributária representaram, em 1977, 75,54% da receita total, constituindo, como nos anos anteriores, a maior fonte de recursos do Estado.

Os dados demonstrados a seguir analisam a participação, na receita geral, dos recursos derivados de tributos, nos últimos cinco anos:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1973	3.497.452.719,88	2.739.947.739,28	78,34%
1974	4.920.050.064,97	3.658.212.589,65	74,35%
1975	7.531.219.355,62	5.281.952.611,64	70,13%
1976	9.795.021.053,67	6.989.464.409,77	71,36%
1977	14.667.932.882,47	11.080.661.676,51	75,54%

A composição da receita, por espécie de tributo, também no último quinquênio, assim se apresenta:

Ano	Receita tributária	Receita de impostos nºs absolutos	%	Receita de taxas nºs absolutos	%
1973	2.739.947.739,28	2.688.252.617,59	98,1	51.695.121,69	1,9
1974	3.658.212.589,65	3.599.311.020,88	98,4	58.901.568,77	1,6
1975	5.281.952.611,64	5.199.648.324,08	98,4	82.304.287,56	1,6
1976	6.989.464.409,77	6.886.824.833,89	98,5	102.639.575,88	1,5
1977	11.080.661.676,51	10.945.783.511,85	98,8	134.878.164,66	1,2

Impostos - Os impostos propiciaram ingressos da ordem de Cr\$ ... 10.945.783.511,85, correspondendo a 74,62% da receita geral.

Comparado à arrecadação do ano anterior, no de 1977 essa espécie tributária teve o aumento de Cr\$ 4.058.958.677,96, equivalente ao incremento de 58,94%.

A previsão global foi ultrapassada em Cr\$ 904.983.511,85, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis ...	240.800.000,00	267.290.807,66	+ 26.490.807,66
Imposto de renda na fonte	150.000.000,00	154.055.393,28	+ 4.055.393,28
Imposto sobre circulação de mercadorias .....	<u>9.650.000.000,00</u>	<u>10.524.437.310,91</u>	+ <u>874.437.310,91</u>
	10.040.800.000,00	10.945.783.511,85	+ 904.983.511,85
	=====	=====	=====

Desses três tributos, dois de competência do Estado e o imposto de renda retido na fonte, destaca-se sobremaneira o imposto sobre circulação de mercadorias, responsável por 96,15% da receita de impostos, 94,98% da receita tributária e 71,75% da receita geral. É a seguinte a sua evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1973	2.618.993.521,38	100	-
1974	3.494.077.947,43	133	33%
1975	5.011.180.123,05	191	43%
1976	6.581.282.912,84	251	31%
1977	10.524.437.310,91	402	60%

Em que pese o fato de que algumas mercadorias foram objeto de incentivos concedidos em virtude de acordos firmados entre os Estados e referendados pelo Governo da União, a arrecadação deste imposto ultrapassou a previsão em Cr\$ ... 874.437.310,91.

Esses estímulos fiscais - posteriormente transferidos pela União Federal como compensação pelo imposto que o Estado deixa de arrecadar - consistem na redução da base de cálculo do tributo nas operações realizadas com soja, trigo e carnes bovina, ovina e suína. No entanto, os quantitativos reembolsados pela União não são classificados como receita do tributo em exame e sim como transferências correntes.

É apresentado, a seguir, um demonstrativo da receita do tributo em referência, bem como das quantias transferidas pela União, como compensação do imposto sobre circulação de mercadorias, desde 1973, ano em que foi adotado esse procedimento.

Ano	Arrecadação do ICM	Compensação do ICM	Soma	Índice de aumento
1973	2.618.993.521,38	11.979.946,53	2.630.973.467,91	100
1974	3.494.077.947,43	100.207.476,35	3.594.285.423,78	137
1975	5.011.160.123,05	97.111.026,71	5.108.291.149,76	194
1976	6.581.282.912,84	216.500.367,40	6.797.783.280,24	258
1977	10.524.437.310,91	357.715.261,69	10.882.152.572,60	414

Também como tributo de competência do Estado, na receita arrecadada, figura o imposto que incide sobre a transmissão de bens imóveis, com a parcela de Cr\$ 267.290.807,66, excedendo a previsão em Cr\$ 26.490.807,66. O seu comportamento, nos últimos cinco anos, é assim demonstrado:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1973	49.900.055,30	100	-
1974	74.151.433,45	149	49%
1975	114.554.348,52	230	54%
1976	187.527.817,91	376	64%
1977	267.290.807,66	536	43%

O ingresso do imposto de renda na fonte atingiu Cr\$ 154.055.393,28, compreendendo retenções efetuadas pelo Estado sobre rendimentos pagos ao pessoal, na importância de Cr\$ 148.093.627,31, e sobre os relativos à dívida pública, na quantia de Cr\$ 5.961.765,97. Eis a evolução deste tributo no último quinquênio:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1973	19.359.040,91	100	-
1974	31.081.640,00	161	61%
1975	73.913.852,51	382	138%
1976	118.014.103,14	610	60%
1977	154.055.393,28	796	31%

Texas - Das três taxas arrecadadas pelo Estado, no total de Cr\$ ... 134.878.164,66, somente a taxa judiciária conseguiu superar a previsão individual, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de serviços diversos	117.000.000,00	116.166.274,79	- 833.725,21
Taxa judiciária .....	13.000.000,00	18.454.780,63	+ 5.454.780,63
Taxa de cooperação-ovinos	<u>400.000,00</u>	<u>257.109,24</u>	- <u>142.890,76</u>
	130.400.000,00	134.878.164,66	+ 4.478.164,66
	=====	=====	=====

A evolução dos ingressos produzidos pelas taxas, nos últimos cinco a nos, é assim demonstrada:

	Ano	Arrecadação	Índice de aumento
Taxa de serviços diversos	1973	45.732.631,32	100
	1974	52.987.398,45	116
	1975	73.597.565,85	161
	1976	91.094.599,82	199
	1977	116.166.274,79	254
Taxa Judiciária .....	1973	3.729.696,55	100
	1974	5.795.198,00	155
	1975	8.536.292,77	229
	1976	11.226.315,93	301
	1977	18.454.780,63	495
Taxa de cooperação-ovinos	1973	102.166,76	100
	1974	118.972,32	116
	1975	170.428,94	167
	1976	318.660,13	312
	1977	257.109,24	252

#### RECEITA PATRIMONIAL

No exercício de 1977, dentre a receita patrimonial arrecadada, no va lor de Cr\$ 82.071.709,83, a única rubrica que atingiu a previsão orçamentária foi a de "aluguéis de imóveis".

Como se vê no demonstrativo que segue, a receita patrimonial que maior distorção teve em comparação à estimativa foi a de participações e dividendos, que apresentou o ingresso a menor de Cr\$ 320.368.438,79, motivado pela não distribuição de dividendos, no ano sob exame, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, quando, no ano anterior, o resultado pela participação no capital daquela empresa foi de ordem de Cr\$ 200.441.589,13.

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias .....	5.120.000,00	4.728.699,93	- 391.300,07
Participações e dividendos..	350.500.000,00	30.131.581,21	- 320.368.438,79
Outras receitas patrimoniais	<u>55.000.000,00</u>	<u>47.211.448,69</u>	- <u>7.788.551,31</u>
	410.620.000,00	82.071.709,83	328.548.290,17
	=====	=====	=====

Segue uma análise mais detalhada desses ingressos.

Receitas imobiliárias - Sob esta denominação foram classificados os rendimentos de aluguéis de imóveis, na importância de Cr\$ 196.867,74, e foros e laudêmios, no valor de Cr\$ 4.531.832,19, sendo que o primeiro ultrapassou a respectiva previsão em Cr\$ 76.867,74 e o segundo arrecadou a menos Cr\$ 468.167,01.

Participações e dividendos - Sob este título encontram-se os rendimentos resultantes das operações realizadas pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., na quantia de Cr\$ 5.110.132,67, e ainda os dividendos recebidos das empresas a seguir especificadas, de cujo capital o Estado participa, nos seguintes valores:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul .....	14.341.985,05
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.197.504,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	733.115,40
Petróleo Brasileiro S.A. ....	8.748.824,09

Outras receitas patrimoniais - Nesta especificação encontra-se a receita operacional do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, administrado pela Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., no valor de Cr\$ 47.211.448,69.

RECEITA INDUSTRIAL

A receita dos serviços industriais do Estado realizada no exercício de 1977, no valor de Cr\$ 18.230.732,02, não alcançou a respectiva previsão orçamentária, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde .....	15.000.000,00	18.230.732,02	+ 3.230.732,02
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário .....	32.450.000,00	-	- 32.450.000,00
Receitas vinculadas ao Fundo Penitenciário .....	1.000.000,00	-	- 1.000.000,00
Receitas dos Serviços Gráficos do Tribunal de Justiça.	<u>419.000,00</u>	<u>-</u>	<u>- 419.000,00</u>
	48.869.000,00	18.230.732,02	- 30.638.267,98
	=====	=====	=====

Os dados revelam que os recursos provieram exclusivamente da Secretaria da Saúde, pois os demais órgãos não apresentaram receita, ou por não terem produzido rendas ou por tê-las retido, aplicando-as no atendimento de suas despesas, em conflito com as normas gerais de direito financeiro.

Dentre os Serviços Industriais que formam o Fundo Estadual de Saúde, produziram ingressos, no ano sob exame, os seguintes:

Divisão Nacional de Tuberculose .....	500.000,00
Equipe de Prevenção e Combate ao Câncer Ginecológico	1.158.402,47
Fundo Nacional de Calamidade Pública .....	539.161,90
Hospital Colônia Itapuã .....	814.666,76

Hospital Psiquiátrico São Pedro .....	1.589.228,60
Instituto de Pesquisas Biológicas .....	29.948,50
Laboratório Farmacêutico do Estado .....	43.580,00
Liga Cachoeirense contra Tuberculose ....	18.378,79
Núcleo de Tuberculose - INPS .....	13.432.265,00
Núcleo de Tuberculose - IPASE .....	90.000,00
Receitas Diversas .....	<u>15.100,00</u>
	18.230.732,02
	=====

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas classificadas como transferências correntes, no total de Cr\$ 631.776.465,36, ultrapassaram a previsão orçamentária em Cr\$ 182.753.465,36, assim especificadas:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
<b>Participação em Tributos Federais</b>				
Cota-parte da Taxa Rodoviária Única (30%) ...	111.600.000,00	110.049.058,42	-	1.550.941,58
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%) .....	143.650.000,00	150.191.638,81	+	6.541.638,81
<b>Contribuições da União</b>				
Salário-Educação .....	46.200.000,00	-	-	46.200.000,00
Compensação ICM-Convênios .....	135.000.000,00	357.715.261,69	+	222.715.261,69
<b>Contribuições dos Municípios</b>				
Para o Empréstimo Externo Prefeitura de Pelotas .....	-	63.492,78	+	63.492,78
<b>Outras Contribuições</b>				
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos ..	400.000,00	137.266,14	-	262.733,86
Renda líquida da exploração dos Serviços Lotéricos .....	6.413.000,00	6.478.816,17	+	65.816,17
Sobretaxa ao preço de venda dos bilhetes de Loteria .....	<u>5.760.000,00</u>	<u>7.140.931,35</u>	+	<u>1.380.931,35</u>
	<u>449.023.000,00</u>	<u>631.776.465,36</u>	+	<u>182.753.465,36</u>
	=====	=====		=====

A receita de maior expressão foi a resultante dos estímulos fiscais transferidos pela União como compensação pelo imposto sobre circulação de mercadorias que o Estado deixou de arrecadar. Esses incentivos foram concedidos em virtude de acordos firmados entre os Estados e referendados pela União Federal, através dos instrumentos especificados, com a indicação da respectiva compensação:

ICM sobre carne bovina e ovina .....	131.354.927,37
Convênio AE-1/73, alterado pelo Convênio AE-10/74, aprovados pelos Decretos Legislativos nºs 3.045, de 14 de maio de 1973, e 3.221, de 26 de dezembro de 1974, respectivamente;	
Convênio ICM-35/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.375, de 28 de novembro de 1975.	
ICM sobre carne suína .....	115.659.213,22
Convênio ICM-52/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.413, de 24 de dezembro de 1975.	
ICM sobre soja .....	2.940.913,87
Convênio ICM-11/76, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.481, de 28 de junho de 1976.	
ICM sobre trigo .....	107.760.207,23
Convênio ICM-10/77, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.654, de 1º de setembro de 1977.	

Não foi registrada nenhuma arrecadação na rubrica Contribuições da União - Salário-Educação, em virtude de as transferências deferidas pela União continuarem a ser recebidas e aplicadas diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, à margem da Lei de Meios, prática que vem sendo adotada desde que foi criado o salário-educação, através da Lei Federal nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

Ao contrário dos anos anteriores, quanto ao ingresso da contribuição do município de Pelotas, para cobrir as despesas com o empréstimo externo da Prefeitura, no valor de Cr\$ 63.492,78, não consignou o orçamento a respectiva previsão.

A receita correspondente à cota-parte do Fundo de Participação dos Estados foi, para o ano sob exame, subdividida também em transferências correntes



[50%], quando nos anos anteriores era, na sua totalidade, considerada como transferências de capital.

#### RECEITAS DIVERSAS

Ingressos de diversas origens que foram classificados como Receitas Diversas atingiram o montante de Cr\$ 403.100.142,06, ultrapassando a previsão orçamentária em Cr\$ 15.194.142,06. Assim se discriminam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas diversas .....	135.000.000,00	151.076.414,23	+ 16.076.414,23
Reembolso, pela União, de proventos de inativos ferroviários .....	70.000.000,00	128.428.121,99	+ 58.428.121,99
Outras indenizações e restituições .....	50.000.000,00	28.479.548,38	- 21.520.451,62
Recebimento da dívida ativa inscrita .....	110.000.000,00	87.083.908,09	- 22.916.091,91
Receitas de exercícios anteriores .....	1.000.000,00	4.183.695,80	+ 3.183.695,80
Consignatários .....	1.800.000,00	2.222.079,13	+ 422.079,13
Comissão de cobrança da dívida ativa .....	10.606.000,00	16.916,38	- 10.589.083,62
Outras receitas .....	9.500.000,00	1.609.458,06	- 7.890.541,94
	<u>387.906.000,00</u>	<u>403.100.142,06</u>	<u>+ 15.194.142,06</u>
	=====	=====	=====

Como receita de maior expressão no grupo, merece destaque a proveniente de recursos obtidos com a imposição de multas, que apresentou, no ano em estudo, uma arrecadação a maior de Cr\$ 16.076.414,23 sobre a estimativa. Segue um demonstrativo de sua evolução no último quinquênio:

Ano	Arrecadação	Porcentagem do aumento em relação ao ano anterior
1973	32.944.233,35	-
1974	54.925.830,00	67%
1975	77.174.141,82	41%
1976	98.412.458,66	28%
1977	151.076.414,23	54%

Logo após, segundo o volume de recursos, segue-se o reembolso, pela União, de proventos de servidores inativos, de sua responsabilidade e pagos pelo Estado. A receita foi apropriada em contrapartida do débito da União e não de um efetivo reembolso.

Em terceiro plano, comparece o produto da cobrança da dívida ativa inscrita que, no ano em exame, sofreu um substancial acréscimo na sua relação com o saldo da dívida ativa existente no fim do exercício, conforme demonstrativo dos últimos cinco anos apresentado a seguir:

Ano	Dívida ativa	Recebimento da dívida ativa inscrita	Percentagem da dívida ativa cobrada
1973	381.113.666,36	30.231.336,04	7,9%
1974	703.532.480,69	28.134.922,66	4,0%
1975	579.731.598,68	43.081.858,35	7,4%
1976	677.816.971,11	47.760.159,83	7,0%
1977	910.201.581,26	87.083.908,09	9,6%

O incremento citado foi motivado pelas instruções baixadas pela Diretoria-Geral do Tesouro do Estado, através da Circular nº 37, de 4 de agosto de 1977, agilizando a cobrança de créditos tributários inscritos como dívida ativa.

No grupo, merece ainda destaque a receita resultante de outras indenizações e restituições que, na sua quase totalidade, é constituída do cancelamento de resíduos passivos formados em exercícios anteriores, em contrapartida da despesa orçamentária.

Finalmente, quanto à receita de exercícios anteriores, a maior arrecadação foi resultante da dispensa de multa moratória, concedida pelo artigo 4º da Lei nº 7033, de 10 de dezembro de 1976, para os contribuintes que, até 10 de março de 1977, efetuassem o recolhimento integral das parcelas em atraso dos exercícios de 1974 e 1975, relativas à contribuição do salário-educação estadual, já extinto.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Os recursos classificados nesta categoria econômica totalizaram Cr\$ 2.452.092.156,69, inferior em Cr\$ 476.767.843,31 à previsão orçamentária.

Do valor global destas receitas, 60,38%, ou seja, Cr\$ 1.480.523.803,38, resultaram da realização de operações de crédito, conforme se especifica:

a) Empréstimo em títulos

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72  
Dec. 24.937, de 28. 9.76 - 11a. série ..... 921.885.589,83

b) Empréstimos contratados

Internos

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Empréstimos contratados

Em 19. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71		
707.803 UPC .....		86.888.626,59
Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.705 UPC .....	350.111,21	
8.099 UPC .....	501.365,55	
22.481 UPC .....	337.597,49	
34.794 UPC .....	<u>3.282.799,52</u>	4.471.873,77
Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
8.091 UPC .....	1.617.068,14	
10.746 UPC .....	549.408,23	
35.831 UPC .....	1.325.588,71	
82.998 UPC .....	3.730.016,83	
189.224 UPC .....	<u>9.923.680,13</u>	17.145.762,04
Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC .....	215.004,33	
3.347 UPC .....	46.302,06	
10.811 UPC .....	64.103,13	
15.729 UPC .....	<u>1.619.876,12</u>	1.945.285,64
Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76		
485.123 UPC .....		27.607.300,55
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.128 UPC .....	762.935,53	
14.052 UPC .....	<u>2.580.642,37</u>	3.343.577,90
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC .....	272.161,72	
4.360 UPC .....	606.617,41	
15.638 UPC .....	1.161.269,18	
22.541 UPC .....	297.659,87	
65.038 UPC .....	<u>747.238,16</u>	3.084.946,34
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC .....		36.218.736,75

Em 12.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.730 UPC .....		197.392,22
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
20.706 UPC .....		3.075.573,89
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC .....	227.517,88	
8.411 UPC .....	786.398,46	
13.858 UPC .....	2.721.131,65	
18.642 UPC .....	3.467.888,33	
52.558 UPC .....	<u>5.302.325,04</u>	12.505.261,36
Em 14. 1.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC .....		36.282.460,50
Em 5. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.221 UPC .....	176.221,23	
8.753 UPC .....	473.178,62	
24.948 UPC .....	441.770,45	
32.098 UPC .....	670.056,98	
57.287 UPC .....	864.553,26	
76.619 UPC .....	<u>3.150.635,27</u>	5.776.615,81
Em 20. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
8.383 UPC .....		1.783.765,41
Em 25. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.434 UPC .....		548.502,28
Em 31. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
79.565 UPC .....		8.456.434,34
Em 8. 6.77 - Lei 7.071, de 20. 4.77		
16.337 UPC .....		3.508.079,07
Em 16. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.437 UPC .....	463.702,65	
14.868 UPC .....	<u>2.155.397,23</u>	2.619.099,88
Em 20. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.722 UPC .....	292.289,89	
6.861 UPC .....	<u>287.053,28</u>	579.343,17
Em 16. 9.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.062 UPC .....		140.115,14
Em 24.10.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
7.751 UPC .....		525.314,75
Em 24.11.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
321.292 UPC .....		2.668.785,35
Banco Regional de Desenvolvimento do Ex-		
tremo Sul		
Empréstimos contratados		
Em 2. 6.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
90.600 UPC .....	12.185.992,25	
382.320 UPC .....	15.052.505,00	
600.000 UPC .....	<u>86.931.014,90</u>	114.149.512,15
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 116,6 mi-		
lhões de cruzeiros, con-		
tratado em 24. 2.76 - Lei		
6.949, de 23.12.75 .....		
59.016.848,00		

Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10.76 - Lei 6.962, de 30.12.75 ..... 115.000.000,00      174.016.848,00  
 547.539.232,90

Externo

Kreditanstalt Für Wiederaufbau

Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado em 19.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71 ..... 11.098.980,65      558.638.213,55  
 1.480.523.803,38  
 =====

Em segundo lugar, pelo volume de recursos, destacam-se as transferências provenientes da União Federal e decorrentes da participação em tributos federais e contribuições. Esses recursos, que são de aplicação específica, assim se discriminam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%)..	143.650.000,00	154.692.936,38	+ 11.042.936,38
Cota-parte do imposto Único sobre energia elétrica ....	111.509.000,00	204.183.260,45	+ 92.674.260,45
Cota-parte do imposto Único sobre minerais do país ....	18.550.000,00	25.871.884,46	+ 7.321.884,46
Cota-parte da taxa rodoviária única (70%) .....	260.400.000,00	256.781.134,70	- 3.618.865,30
Cota-parte do Fundo de Participação Especial .....	-	3.076.000,00	+ 3.076.000,00
Auxílios ou contribuições da União Federal .....	-	<u>86.299.517,50</u>	+ <u>86.299.517,50</u>
	<u>534.109.000,00</u> =====	<u>730.904.733,49</u> =====	+ <u>196.795.733,49</u> =====

Dos dados expostos, verifica-se que somente a cota-parte da taxa rodoviária única (70%) não atingiu a previsão orçamentária.

Os auxílios ou contribuições recebidos da União Federal, no total de Cr\$ 89.375.517,50, para os quais não houve previsão, resultaram de:

Recursos do Fundo de Participação Especial - item III do art. 25 da Constituição Federal

À conta do "Convênio de Cooperação Técnica/SAREM/ESTADO", celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul ..... 3.076.000,00

Contribuição destinada à participação do Estado no aumento de capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	80.000.000,00
Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para aperfeiçoamento do sistema estadual de tributação e arrecadação .....	1.000.000,00
Convênio IV Seminário Nacional sobre Orçamento Público .....	299.517,50
Convênio Secretaria da Agricultura - Projeto Tainhas .....	<u>5.000.000,00</u>
	89.375.517,50
	=====

Também em receitas de capital, sob a denominação de Outras Receitas de Capital, encontram-se as contribuições recebidas da União Federal, no total de Cr\$ 218.359.753,76, ultrapassando a previsão em Cr\$ 211.013.753,76. Esses ingressos provieram dos seguintes recursos:

- a) Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU, na importância de Cr\$ 171.059.753,76, com a seguinte destinação: Secretaria de Coordenação e Planejamento, para formação do Fundo Urbano, Cr\$ 97.196.239,00 e, para desapropriação do Pólo Petroquímico, Cr\$ 40.000.000,00; Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, para desapropriação da Fazenda Guajuvira, Cr\$ ..... 17.500.000,00; Secretaria do Turismo, para desapropriação de áreas para novos projetos turísticos, Cr\$ 15.000.000,00; contribuições para investimentos a entidades da Administração Indireta, Cr\$ 1.363.514,76;
- b) Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, Cr\$ 2.300.000,00, destinados à Secretaria de Coordenação e Planejamento, para formação do Fundo Urbano;
- c) Plano de auxílio comunitário, Cr\$ 25.000.000,00, para a Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- d) Convênio celebrado entre o Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Cr\$ ..... 20.000.000,00, para auxílio financeiro ao município de Pelotas.

Os demais ingressos classificados como receitas de capital decorreram da alienação de bens, que assim se discriminam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense .....	100.000,00	250.847,20	+ 150.847,20
Produto da venda de imóveis ..	1.500.000,00	2.391.944,31	+ 891.944,31
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos .....	1.200.000,00	1.271.930,00	+ 71.930,00
Alienação de ações .....	<u>1.500.000,00</u>	<u>18.389.144,55</u>	+ <u>16.889.144,55</u>
	4.300.000,00	22.303.866,06	+ 18.003.866,06
	=====	=====	=====

Desse grupo, destaca-se a receita de alienação de ações, proveniente da transferência, ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, de 17.513,471 (dezessete milhões, quinhentas e trezentas e quatrocentas e setenta e uma) ações nominativas, no valor de Cr\$ 1,05 cada uma, dentre as que o Estado detém na participação acionária do capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. A operação foi realizada nos termos da autorização contida na Lei 6.283, de 25 de outubro de 1971.

#### 2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa orçamentária realizada no exercício financeiro de 1977 atingiu a importância de Cr\$ 15.333.804.484,43, que, desdobrada pela natureza dos créditos, assim se apresenta:

Créditos ordinários	15.309.340.277,69
Créditos especiais.	<u>24.464.206,74</u>
	15.333.804.484,43
	=====

No volume I, em anexo ao Balanço Financeiro, figura a demonstração da

despesa realizada à conta de créditos especiais, com a indicação dos respectivos recursos financeiros.

O volume II do Balanço Geral apresenta a análise detalhada da despesa orçamentária por categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, na forma sintética e analítica.

Uma análise do comportamento, evolução e distribuição da despesa é mostrada nos quadros que seguem, acompanhados de algumas observações sobre as mudanças mais significativas.

O primeiro apresenta a demonstração dos gastos segundo os órgãos e a natureza dos créditos, com a indicação dos percentuais da despesa realizada à conta de cada espécie de crédito, e dos relativos à participação de cada órgão no total dos dispêndios.

Verifica-se que 99,84% da despesa foi efetuada por conta de créditos ordinários, sendo o restante 0,16% através de créditos especiais. Em relação ao exercício anterior, no qual somente 0,05% dos gastos foi imputado às autorizações especiais, percebe-se um aumento apreciável, para o qual muito concorreu a abertura, em 1977, de dois créditos especiais, somando Cr\$ 23.000.000,00, sendo um de Cr\$ ... 20.000.000,00, aberto na Secretaria da Segurança Pública e aplicado pela Coordenação Estadual da Defesa Civil, na execução de projetos de recuperação de obras públicas danificadas ou destruídas pelas enchentes ocorridas no território estadual, nos meses de julho e agosto, bem como na construção de duzentas casas populares, para pessoas carentes, e respectiva rede elétrica, na cidade de Pelotas; e outro crédito de Cr\$ 3.000.000,00, aberto na Secretaria de Educação e Cultura e destinado às obras de reforma do Teatro São Pedro.

Revela o mesmo demonstrativo a supremacia da despesa com Encargos Gerais do Estado, representando 42,04% do total da despesa realizada. Os gastos sob esta denominação de longa data assumiram a preponderância na composição orgânica da despesa do Estado, fato perfeitamente aceitável ao se considerar que aí estão in-



cluídos como os mais significativos: a transferência aos municípios de 20% da receita do imposto sobre circulação de mercadorias, de que trata o artigo 23, § 8º, da Constituição Federal, o serviço da dívida pública e os proventos de inativos civis e militares.

O segundo órgão, em ordem de grandeza, a apresentar índice significativo é a Secretaria de Educação e Cultura, com uma participação de 22,49% nos gastos públicos estaduais. Qualquer análise que se queira efetuar desse índice fica prejudicada pelo fato de ainda neste exercício, como vem ocorrendo desde a sua criação, permanecer à margem do mecanismo orçamentário o Salário-Educação.

Merecem destaque ainda: a Secretaria de Segurança Pública com a participação de 8,59%, em comparação a 7,80% do exercício anterior; a Secretaria do Trabalho e Ação Social, que teve seu percentual de 1,67%, verificado em 1976, elevado para 3,12% no ano sob exame; e a Secretaria dos Transportes, cujo percentual de ... 8,69%, alcançado em 1976, decresceu para 4,77%, em 1977. Os demais órgãos permaneceram com seus níveis praticamente inalterados em relação ao exercício anterior, com uma oscilação variando entre 2,63% e 0,22%.

O segundo quadro apresenta a distribuição funcional das despesas segundo as categorias econômicas, critério de análise dos mais significativos, por evidenciar os setores de atividade governamental em que foram aplicados os recursos públicos.

Das dezesseis funções relacionadas, três responderam com 56,79% da despesa realizada, a saber: Educação e Cultura com 22,66%, Administração e Planejamento com 19,49% e Desenvolvimento Regional com 14,64%.

A função Educação e Cultura mostra ser a que maiores recursos estaduais recebeu, a exemplo, aliás, do ocorrido em exercícios anteriores.

A função que maior índice de crescimento apresentou, em relação ao exercício anterior, foi Habitação e Urbanismo que, em valores monetários, se elevou em 417,43%, tendo sido responsável, no exercício em estudo, por 3,15% da despesa global, em comparação aos 1,04% do ano de 1976.

Aparece, pela primeira vez no quadro, a função Relações Exteriores, em razão de ter sido incluído, no Conselho Penitenciário do Estado, o projeto 1067 -  
- Reaparelhamento Administrativo do Processo Judiciário.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

ÓRGÃOS	DESPESA REALIZADA					
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%	Total	%
Assembleia Legislativa .....	136.281.738,23	100,00	-	-	136.281.738,23	0,89
Tribunal de Contas .....	48.774.801,52	100,00	-	-	48.774.801,52	0,32
Poder Judiciário .....	262.139.150,05	100,00	-	-	262.139.150,05	1,71
Poder Executivo .....	214.517.261,69	99,72	597.102,25	0,28	214.114.363,94	1,39
Secretaria da Justiça .....	89.339.077,20	100,00	-	-	89.339.077,20	0,58
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	403.474.444,45	100,00	-	-	403.474.444,45	2,63
Secretaria da Fazenda .....	328.063.732,74	99,91	310.000,00	0,09	328.373.732,74	2,14
Secretaria da Agricultura .....	247.306.199,53	100,00	-	-	247.306.199,53	1,61
Secretaria da Indústria e Comércio .....	155.335.979,22	100,00	-	-	155.335.979,22	1,01
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações ..	322.946.490,25	100,00	-	-	322.946.490,25	2,11
Secretaria dos Transportes .....	731.093.445,48	100,00	-	-	731.093.445,48	4,77
Secretaria de Educação e Cultura .....	3.445.967.490,80	99,90	3.385.450,00	0,10	3.449.347.940,80	22,49
Secretaria de Saúde .....	399.995.416,09	100,00	-	-	399.995.416,09	2,61
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	478.377.914,09	100,00	-	-	478.377.914,09	3,12
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	215.535.987,27	100,00	-	-	215.535.987,27	1,41
Secretaria da Segurança Pública .....	1.296.655.354,99	98,48	20.000.000,00	1,52	1.316.655.354,99	8,59
Secretaria de Administração .....	33.752.641,46	100,00	-	-	33.752.641,46	0,22
Secretaria de Turismo .....	54.426.027,25	99,69	171.654,49	0,31	54.597.681,74	0,36
Encargos Gerais do Estado .....	6.446.412.125,38	100,00	-	-	6.446.412.125,38	42,04
	15.309.340.277,69	99,84	24.464.206,74	0,16	15.333.804.484,43	100,00

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

F U N Ç Õ E S	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 - Legislativa .....	157.536.670,41	93,34	11.240.543,59	6,66	168.777.214,00	1,10
02 - Judiciária .....	444.532.120,49	95,22	22.324.744,88	4,78	466.856.865,37	3,04
03 - Administração e Planejamento .....	1.611.100.777,22	53,91	1.377.477.692,54	46,09	2.988.578.469,76	19,49
04 - Agricultura .....	235.085.346,07	94,27	14.296.273,48	5,73	249.381.619,55	1,63
05 - Comunicações .....	500.000,00	0,76	65.445.000,00	99,24	65.945.000,00	0,43
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	1.286.773.283,04	99,24	9.882.071,95	0,76	1.296.655.354,99	8,46
07 - Desenvolvimento Regional .....	2.205.748.478,30	98,23	39.760.781,68	1,77	2.245.529.259,98	14,64
08 - Educação e Cultura .....	3.322.484.909,07	95,61	152.587.866,77	4,39	3.475.072.875,84	22,66
09 - Energia e Recursos Minerais .....	2.968.614,94	1,15	254.532.875,31	98,85	257.501.490,25	1,68
10 - Habitação e Urbanismo .....	500.000,00	0,10	482.294.543,63	99,90	482.794.543,63	3,15
11 - Indústria, Comércio e Serviços .....	119.012.016,37	18,32	530.482.514,44	81,68	649.494.530,81	4,24
12 - Relações Exteriores .....	-	-	89.354,00	100,00	89.354,00	-
13 - Saúde e Saneamento .....	389.865.187,85	78,34	107.805.227,23	21,66	497.670.415,08	3,25
14 - Trabalho .....	17.058.318,88	100,00	-	-	17.058.318,88	0,11
15 - Assistência e Previdência .....	1.736.062.429,85	99,29	12.480.000,00	0,71	1.748.542.429,85	11,40
16 - Transporte .....	317.348.161,95	43,84	406.508.580,49	56,16	723.856.742,44	4,72
TOTAL .....	11.846.576.314,44	77,26	3.487.228.169,99	22,74	15.333.804.484,43	100,00

A exposição total dos dispêndios por elementos, com o seu respectivo percentual de participação na despesa global, a seguir apresentada, permite que se observe quais foram os instrumentos de que se utilizou o Estado na consecução das metas a que se propôs.

Elemento	Cr\$	%
Pessoal .....	4.825.312.424,62	31,47
Material de Consumo .....	249.743.588,27	1,63
Serviços de Terceiros .....	445.586.017,46	2,91
Encargos Diversos .....	677.997.761,97	4,42
Despesas de Exercícios Anteriores	144.568.151,66	0,94
Subvenções Sociais .....	316.682.374,79	2,07
Transferência de Assistência e Previdência Social .....	1.432.690.423,29	9,34
Juros da Dívida Pública .....	716.472.972,99	4,67
Contribuição de Previdência Social .....	133.432.414,05	1,20
Diversas Transferências Correntes	2.854.088.184,49	18,61
Obras Públicas .....	511.391.036,44	2,03
Serviços em Regime de Programação Especial .....	61.450.000,00	0,34
Equipamentos e Instalações .....	19.726.263,66	0,13
Material Permanente .....	16.266.266,59	0,11
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	494.826.331,75	3,23
Aquisição de Imóveis .....	111.819.074,36	0,73
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	105.720.340,00	0,69
Constituição de Fundos Retativos.	186.845.168,51	1,22
Diversas Inversões Financeiras ..	385.450,00	-
Amortização da Dívida Pública ...	1.124.300.960,40	7,33

Amortização para Obras Públicas .	4.900.000,00	0,03
Auxílios para Equipamentos e Instalações .....	185.000,00	-
Auxílio para Material Permanente.	235.000,00	-
Contribuições Diversas .....	<u>1.059.157.078,28</u>	<u>6,90</u>
	15.333.804.484,43	100,00
	*****	*****

Serão analisados, a seguir, os valores mais significativos apresentados nessa distribuição.

Do total de vinte e quatro elementos que compõem a despesa, cinco deles - pessoal, transferência de assistência e previdência social, diversas transferências correntes, amortização da dívida pública e contribuições diversas - são responsáveis por 73,65% do total da despesa, restando aos outros dezenove apenas 26,35%.

Enquanto a despesa total, no exercício em exame, teve o incremento de 38,15% em comparação ao ano anterior, o elemento pessoal aumentou em 35,25%, acusando, portanto, o crescimento a menor de 2,90% em 1977, na relação direta com o dispêndio global.

Uma comparação das despesas imputadas ao elemento pessoal com as receitas correntes, dos últimos cinco anos, assim se apresenta:

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Porcentagem de despesa com pessoal sobre as re- ceitas correntes
1973	1.083.968.336,83	3.111.617.831,23	35%
1974	1.506.578.769,00	4.070.295.636,84	37%
1975	2.410.610.474,56	5.913.764.500,77	41%
1976	3.567.524.425,77	7.817.368.039,99	46%
1977	4.825.312.424,62	12.215.840.725,78	40%

Os percentuais mostram que, de 1973 a 1976, vinha a despesa com pessoal consumindo, a cada ano, uma parcela a maior das receitas correntes, em razão de, anualmente, a despesa com pessoal crescer em maior proporção do que as receitas correntes. Fato inverso, porém, ocorreu no exercício de 1977, ocasionando uma redução significativa do percentual que estabelece a relação entre ambos.

Ainda com referência aos gastos com pessoal, dispõe a Constituição Federal, no artigo 64, que lei complementar estabeleceria os limites para as despesas desta natureza. No entanto, até a presente data, nada foi editado a respeito.

Alguns elementos da despesa tiveram seus valores monetários duplicados em relação a 1976, sendo que as diferenças percentuais mais consideráveis se localizaram em quatro: juros da dívida pública, cuja participação no total da despesa passou de 3,38% para 4,67%; obras públicas, que teve seu percentual de 1,40% aumentado para 2,03%; equipamentos e instalações, que elevou sua participação de 0,07% para 0,13%; amortização da dívida pública, com o percentual de 5,12% acrescido para 7,33%.

Em valores monetários, dois elementos apresentaram uma redução à metade, em comparação a 1976: constituição de fundos rotativos, com o percentual de participação tendo baixado de 3,22% para 1,22%, e participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, com sua participação na despesa reduzida de 1,88% para 0,69%, o que indica uma retração do Estado na aplicação de capital em empresas comerciais ou financeiras das áreas pública ou privada.

Cabe ainda destacar que o elemento da despesa "aquisição de imóveis", que, em 1976, era de Cr\$ 3.700.000,00, passou para Cr\$ 111.819.074,36 em 1977, aumentando sua participação na despesa pública de 0,03% para 0,73%. O aumento significativo havido deve-se às aplicações efetuadas no âmbito dos seguintes órgãos: Secretaria de Coordenação e Planejamento, Cr\$ 76.489.904,36, sendo Cr\$ 52.507.685,49 para desapropriação de área para o pólo petroquímico e Cr\$ 23.982.218,87 para instalação do distrito industrial de Santa Maria; Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Cr\$ 17.500.000,00, para desapropriação da Fazenda Guaju-

vira, Secretaria do Turismo, Cr\$ 15.000.000,00 para desapropriação de área para novos projetos turísticos.

O elemento Despesas de Exercícios Anteriores, surgido no elenco instrumental utilizado pela administração pública com a Lei 4.320/64, foi adotado como alternativa excepcional voltada para maior flexibilidade na realização daquelas despesas que, por razões também de exceção, não eram empenhadas à conta das autorizações orçamentárias votadas para o exercício de sua competência, evitando que se sujeitassem aos complexos e demorados processos de abertura de créditos especiais.

Entretanto, a inexistência de cuidados paralelos no trato dessa questão acabou por transformar uma idéia salutar, na sua filosofia, em prática condenável, uma vez que se vem elevando, cada vez mais, o montante de gastos imputados a essa classificação, os quais, por sua natureza, deveriam permanecer aguardando a abertura de crédito especial, com que o que se evitariam as distorções decorrentes da impossibilidade de sua adequada classificação.

Com o propósito, pois, de demonstrar, com clareza, em que tipo de gastos estava sendo usado o elemento Despesas de Exercícios Anteriores, a partir do ano em exame, passou-se a efetuar sua discriminação.

O demonstrativo analítico deste dispêndio encontra-se no volume II do presente Balanço Geral.

A rubrica a que se destinou a maior parte dos gastos foi "Ferroviários - Responsabilidade da União", que respondeu por 28% do dispêndio total. Seguem-na, em ordem decrescente de grandeza, as rubricas "Água, Esgoto, Comunicações e Energia Elétrica" e "Vencimentos - Pessoal Civil Fixo", que, se adicionadas à de maior expressão, representam 56% da despesa total, sendo, portanto, as responsáveis pela maior parte dos gastos realizados à conta do elemento em análise.

A de menor significação foi "Serviço de Alimentação", cujo valor, por ser ínfimo, não apresenta nenhuma expressão em termos percentuais.

Apreciado sob o ângulo da classificação econômica, vê-se que nas despesas correntes foram utilizados 99,60% do total e nas despesas de capital, apenas 0,40%.



Verifica-se que o desdobramento se constitui em providência salutar, pois, através dele, houve a possibilidade de se apurar a importância apreciável de Cr\$ 41.175.754,09, paga pelo Estado aos inativos ferroviários, mas de responsabilidade da União Federal. Sem essa abertura, o montante referido apareceria diluído no valor global, sem possibilidade de sua determinação e posterior gestão junto ao Governo Federal para seu ressarcimento.

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

Integrando o segundo volume do Balanço Geral, encontram-se quadros que fornecem o confronto da despesa fixada com a realizada, revelando dados de alta valia para o julgamento das contas governamentais, sob o aspecto legal.

Uma análise das referidas demonstrações, além de fornecer subsídios de real valor para as atividades futuras, revela que, em 1977, nenhuma das dotações orçamentárias foi ultrapassada pela despesa a ela imputada, fato que já vem ocorrendo desde o ano de 1964.

Segue-se a confrontação sintética da despesa autorizada com a realizada, segundo a natureza dos créditos.

Despesa por créditos ordinários - O orçamento inicial, aprovado para o exercício de 1977, continha dotações cujo somatório de Cr\$ 14.396.478.000,00 foi elevado para Cr\$ 16.454.558.849,02, em razão de alterações ocorridas no exercício, que foram objeto de estudo no primeiro capítulo desta exposição.

No confronto das autorizações ordinárias com a despesa realizada à conta destes créditos, verifica-se uma diferença da ordem de Cr\$ 1.145.218.571,33, como se expõe:

Créditos ordinários	16.454.558.849,02
Despesa realizada..	<u>15.309.340.277,69</u>
	1.145.218.571,33
	*****

Tal diferença, que constitui uma economia orçamentária, representa 7,0% do valor dos créditos ordinários que vigoraram no exercício.

Essa economia vem crescendo a partir do exercício de 1975, quando seu decréscimo fez com que atingisse o mais baixo índice do último quinquênio, conforme se verifica:

	1973	1974	1975	1976	1977
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	370.623	434.614	254.101	606.453	1.145.218
Percentagem em relação à despesa fixada .....	9,4%	7,9%	3,0%	5,1%	7,8%

As economias verificaram-se nos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa .....	1.196.261,77
Tribunal de Contas .....	1.167.198,48
Poder Judiciário .....	5.037.752,95
Poder Executivo .....	12.835.898,88
Secretaria da Justiça .....	3.337.872,09
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	48.688.205,15
Secretaria da Fazenda .....	7.539.803,28
Secretaria da Agricultura .....	56.679.800,47
Secretaria da Indústria e Comércio .....	30.672.458,20
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	207.602.746,31
Secretaria dos Transportes .....	133.647.614,52
Secretaria de Educação e Cultura .....	260.996.200,85
Secretaria da Saúde .....	3.381.307,52
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	3.383.050,01
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	11.888.012,73
Secretaria da Segurança Pública .....	8.824.297,70
Secretaria da Administração .....	48.525.858,54
Secretaria do Turismo .....	2.579.318,26
Encargos Gerais do Estado .....	297.234.913,82
	<u>1.145.218.571,33</u>
	*****

Despesa por créditos especiais - As autorizações especiais de despesa atingiram o montante de Cr\$ 25.994.821,24, enquanto os gastos realizados à conta destes créditos somaram Cr\$ 24.464.206,74. A diferença de Cr\$ 1.530.614,50 constituiu-se em real economia, por prescrição dos créditos especiais ao final do exercício.

## EVOLUÇÃO DA DESPESA

Os quadros a seguir evidenciam o comportamento da despesa orçamentária classificada por funções e por elementos.

O primeiro demonstrativo refere-se apenas ao último triênio, por haver sido adotado, em 1975, novo critério de classificação. Em 1976, algumas alterações foram introduzidas na classificação funcional: a função Justiça foi incorporada à Judiciária e o Trabalho, Assistência e Previdência foi desdobrada em "Trabalho" e "Assistência e Previdência". No exercício de 1977, ocorreu a inclusão da função Relações Exteriores na proposta orçamentária.

Todas as alterações citadas dificultam sobremaneira uma perfeita análise comparativa das funções entre si e no conjunto.

Dentre as funções que permaneceram inalteradas no decorrer do triênio, os fatos mais destacados foram: o crescimento vertiginoso de Habitação e Urbanismo, que experimentou o aumento de quase nove mil por cento, e a redução, a cada exercício, das aplicações em Energia e Recursos Minerais.

No segundo demonstrativo, analisa-se a evolução da despesa por elementos, nos últimos cinco anos. O excesso de discriminação e a grande oscilação no comportamento dos dispêndios, no último triênio, dificultam a tarefa de uma observação mais profunda. Observa-se, entretanto, que a maioria dos elementos tem sofrido, a cada exercício, um aumento proporcional ao da despesa global. Todavia, pode-se constatar que alguns elementos apresentaram elevados índices de crescimento, como: Juros, Aquisição de Imóveis e Amortização. Comportamento inverso verifica-se em: Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras, Auxílio para Equipamentos e Instalações, que sofreu decréscimo mais acentuado, e Constituição de Fundos Rotativos, que, contrariamente, vinha sendo destaque em anos anteriores, pelo seu vertiginoso crescimento.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	NÚMEROS ABSOLUTOS			NÚMEROS RELATIVOS		
	1975	1976	1977	1975	1976	1977
01 - Legislativa .....	83.660.446,59	120.760.479,72	168.777.214,00	100	144	202
02 - Judiciária .....	142.680.139,46	336.662.091,72	466.856.865,37	-	-	-
Justiça .....	97.951.751,75	-	-	-	-	-
03 - Administração e Planejamento .....	1.374.553.420,94	1.830.148.020,22	2.988.578.469,76	100	133	217
04 - Agricultura .....	178.463.015,68	204.887.486,79	249.381.619,55	100	115	140
05 - Comunicações .....	51.999.298,00	51.678.615,00	65.945.000,00	100	99	127
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	626.435.819,66	865.680.678,42	1.296.655.354,99	100	138	207
07 - Desenvolvimento Regional .....	1.175.781.165,06	1.454.695.329,19	2.245.529.259,98	100	124	191
08 - Educação e Cultura .....	1.814.256.143,16	2.492.084.817,77	3.475.072.875,84	100	137	192
09 - Energia e Recursos Minerais .....	404.928.300,57	313.678.072,03	257.501.490,25	100	77	64
10 - Habitação e Urbanismo .....	5.442.985,94	115.657.996,36	482.794.543,63	100	2.125	8.870
11 - Indústria, Comércio e Serviços .....	319.142.923,60	482.252.496,13	649.494.530,81	100	151	204
12 - Relações Exteriores .....	-	-	89.354,00	-	-	-
13 - Saúde e Saneamento .....	276.843.942,62	546.664.796,98	497.670.415,08	100	197	180
Trabalho, Assistência e Previdência	783.079.659,12	-	-	-	-	-
14 - Trabalho .....	-	12.819.064,12	17.058.318,88	-	-	-
15 - Assistência e Previdência .....	-	1.194.403.889,43	1.748.542.429,85	-	-	-
16 - Transporte .....	521.160.224,57	1.076.744.234,79	723.856.742,44	100	173	117
TOTAL .....	7.956.379.236,72	11.098.828.068,67	15.333.804.484,43	100	139	193

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

ELEMENTOS	Números absolutos, em milhares de Cr\$						Números relativos				
	1973	1974	1975	1976	1977		1973	1974	1975	1976	1977
Pessoal .....	1.083.968	1.506.579	2.410.610	3.567.524	4.825.312		100	139	222	329	445
Material de Consumo .....	84.690	106.414	138.629	194.422	249.743		100	126	164	230	295
Serviços de Terceiros .....	125.155	165.900	222.976	305.909	445.586		100	133	170	244	356
Encargos Diversos .....	232.125	314.137	439.652	436.560	677.997		100	135	189	188	292
Despesas de Exercícios Anteriores .....	50.863	56.957	75.565	99.584	144.568		100	112	149	196	284
Subvenções Sociais .....	105.191	156.860	187.550	265.332	316.682		100	159	178	252	301
Transferência de Assistência e Previdência Social.....	343.023	442.190	672.039	1.010.817	1.432.692		100	129	196	295	418
Juros .....	52.266	74.382	151.123	375.204	716.472		100	142	289	716	1.371
Contribuições de Previdência Social .....	51.942	58.332	88.639	119.521	183.432		100	112	171	230	353
Diversas Transferências Correntes .....	674.078	908.723	1.451.633	1.853.013	2.854.088		100	135	215	275	423
Obras Públicas .....	128.886	153.572	261.885	155.036	311.391		100	119	203	120	242
Serviços em Regime de Programação Especial	22.367	72.381	28.117	90.119	51.450		100	324	126	403	230
Equipamentos e Instalações .....	20.254	37.065	11.267	7.641	19.726		100	183	56	38	97
Material Permanente .....	13.088	13.981	12.064	10.503	16.286		100	107	92	80	124
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas .....	252.595	338.828	462.682	353.720	494.826		100	134	183	140	196
Aquisição de Imóveis .....	7.804	13.836	11.208	3.700	111.819		100	177	144	47	1.433
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	47.661	64.725	148.035	209.066	105.720		100	136	311	439	222
Constituição de Fundos Rotativos .....	11.505	24.695	90.496	357.185	186.845		100	213	760	3.078	1.610
Diversas Inversões Financeiras .....	-	3.000	-	-	365		-	-	-	-	-
Amortização .....	60.597	166.479	494.718	568.662	1.124.300		100	275	818	938	1.855
Auxílios para Obras Públicas .....	3.319	5.830	1.840	-	4.900		100	176	55	-	148
Auxílios para Equipamentos e Instalações..	2.500	3.430	1.601	2.000	185		100	137	64	80	7
Auxílios para Material Permanente .....	-	-	-	-	235		-	-	-	-	-
Contribuições Diversas .....	298.604	417.399	594.050	1.113.310	1.059.157		100	140	199	373	355
Despesa Geral .....	3.672.581	5.115.695	7.956.379	11.098.828	15.333.797		100	139	217	302	418

### 2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

A execução orçamentária, sob o critério da classificação econômica, pode ser assim resumida:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente..	12.215.840.725,78	11.846.576.314,44
Orçamento de Capital	2.452.092.156,69	3.487.228.169,99
Deficit Financeiro..	<u>665.871.601,96</u>	<u>665.871.601,96</u>
	15.333.804.484,43	15.333.804.484,43
	=====	=====

O resultado negativo decompõe-se da seguinte forma:

#### a) Orçamento Corrente

##### Receitas Correntes

Receita Tributária .....	11.080.661.676,51	
Receita Patrimonial .....	82.071.709,83	
Receita Industrial .....	18.230.732,02	
Transferências Correntes .....	631.776.465,36	
Receitas Diversas .....	<u>403.100.142,06</u>	12.215.840.725,78

##### Despesas Correntes

Despesas de Custeio .....	6.343.207.943,93	
Transferências Correntes .....	<u>5.503.368.370,51</u>	11.846.576.314,44

Superavit do Orçamento Corrente .....		369.264.411,34
		=====

#### b) Orçamento de Capital

##### Despesas de Capital

Investimentos .....	893.680.098,44	
Inversões Financeiras .....	404.770.032,87	
Transferências de Capital .....	<u>2.188.778.038,68</u>	3.487.228.169,99

##### Receitas de Capital

Operações de Crédito .....	1.480.523.803,38	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis.	22.303.866,06	
Transferências de Capital .....	730.904.733,49	
Outras Receitas de Capital .....	<u>218.359.753,76</u>	2.452.092.156,69

Deficit do Orçamento de Capital .....		1.035.136.013,30
		=====

O deficit financeiro global é apurado pela soma algébrica dos resultados parciais expostos, ou seja:

Deficit do Orçamento de Capital .....	1.035.136.013,30
(-) Superavit do Orçamento Corrente .....	<u>369.264.411,34</u>
Deficit Financeiro do Exercício .....	665.871.601,96
	*****

Na comparação dos resultados do período sob exame com os do ano anterior, ressaltam dois fatos apreciáveis: o retorno à forma superavitária do orçamento corrente e a redução de 49% no valor do deficit financeiro do exercício.

No quadro a seguir, apresenta-se, sob outra forma, a mesma demonstração.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária .....	11.080.661.676,51		Despesas de Custeio .....	6.343.207.943,93	
Receita Patrimonial .....	82.071.709,83		Transferências Correntes	<u>5.503.368.370,51</u>	11.846.576.314,44
Receita Industrial .....	18.230.732,02		Superavit .....		<u>369.264.411,34</u>
Transferências Correntes	631.776.465,36				12.215.840.725,78
Receitas Diversas .....	<u>403.100.147,06</u>	12.215.840.725,78			=====
Superavit do Orçamento					
Corrente .....		369.264.411,34			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito ...	1.480.523.803,38		Investimentos .....	893.680.098,44	
Alienação de Bens Móveis			Inversões Financeiras ..	404.770.032,87	
e Imóveis .....	22.303.866,06		Transferências de Capital	<u>2.188.778.038,68</u>	3.487.228.169,99
Transferências de Capital	730.904.733,49				
Dutras Receitas de Capital	<u>218.359.753,76</u>	2.452.092.156,69			
Deficit .....		<u>685.871.601,96</u>			
		3.487.228.169,99			



2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Apurado no capítulo inicial, o deficit presumível do exercício correspondeu a Cr\$ 1.475.069.294,35. Todavia, o resultado da execução orçamentária demonstrou que o deficit financeiro do exercício atingiu Cr\$ 565.871.601,96, ou seja:

Despesa realizada ...	15.333.804.484,43
(-) Receita realizada	<u>14.667.932.882,47</u>
Deficit financeiro ..	665.871.601,96 =====

Confrontando-se os dois resultados, observa-se que o desequilíbrio real foi equivalente a somente 45,14% do presumível, havendo, portanto, uma apreciável recuperação.

Para que se possa ter melhor visão e possibilidade de perfeita identificação das origens do deficit financeiro apresentado, procede-se à decomposição da receita e despesa realizadas nas três classes de componentes das quais se derivam, comparando-se posteriormente as operações resultantes das suas vinculações legais e técnicas. Eis a demonstração:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral .....	10.093.445.379,66
II - Fundos Especiais	
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios .....	2.091.320.726,38
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios .....	71.543.052,34
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias cobrado em Dívida Ativa .....	12.859.563,90
Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	155.068.616,31
Parcela destinada aos municípios .....	110.763.296,96
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	89.080.415,49

Parcela relativa ao atendimento dos serviços executados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados .....	11.917.864,36	
Renda líquida da exploração dos serviços lotéricos .....	6.478.816,17	
Renda da sobretaxa no preço de bilhetes de loteria (10%) .....	7.140.931,35	
Programa de Apoio Comunitário .....	25.000.000,00	
União Federal - Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano .....	171.059.753,76	
Auxílio Especial da União Federal de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal .....	3.076.000,00	
Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Tributação e Arrecadação .....	1.000.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	25.871.884,46	
Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	204.183.260,45	
União Federal - Contribuição destinada à participação do Estado no aumento de capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	80.000.000,00	
União Federal - Convênio IV Seminário Nacional sobre Orçamento Público .....	299.517,50	
União Federal - Convênio Secretaria da Agricultura - Projeto Tainhas .....	5.000.000,00	
União Federal - Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. Federal nº 72.062, de 6.4.73 .....	2.300.000,00	
Contribuição à conta de convênio entre o Ministério do Interior, o Estado do Rio Grande do Sul e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul .....	<u>20.000.000,00</u>	3.093.963.699,43
III - Operações de Crédito		
Operações de crédito realizadas, conforme constante na Análise da Receita .....		<u>1.480.523.803,38</u>
		14.667.932.882,47
		*****

#### DESPESA REALIZADA

##### I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral

da competência do exercício	
à conta de créditos ordinários .....	10.945.045.786,76
à conta de créditos especiais .....	<u>4.464.206,74</u>
	10.949.509.993,50
	*****

da competência de exercícios anteriores à conta de créditos ordinários .....	<u>2.604.723,61</u>	10.952.114.717,11 *****
---	---------------------	----------------------------

II - Com cobertura em recursos dos Fundos Es  
peciais

da competência do exercício		
à conta de créditos ordinários .....	2.913.393.705,16	
à conta de créditos especiais .....	<u>20.000.000,00</u>	
	2.933.393.705,16	
da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários .....	<u>5.519.160,57</u>	2.938.912.865,73 *****

III - Com cobertura em recursos de Operaçõe  
s de Crédito

à conta de créditos ordinários .....		1.442.776.901,59 *****
--------------------------------------	--	---------------------------

Do confronto dos recursos obtidos com a despesa realizada, observada a vinculação de classe a classe, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral

Despesa realizada		
à conta dos recursos da competência do exercício .....	10.949.509.993,50	
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores .....	<u>2.604.723,61</u>	10.952.114.717,11
Receita realizada .....		<u>10.093.445.379,66</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral .....		(-) 858.869.337,45 *****

II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais

Receita realizada .....		3.093.963.699,43
Despesa realizada		
à conta dos recursos da competência do exercício .....	2.933.393.705,16	
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores .....	<u>5.519.160,57</u>	2.938.912.865,73
Superavit da gestão dos Fundos Especiais .....		155.050.833,70 *****

III - Resultado da gestão dos recursos de Ope  
rações de Crédito

Receita realizada .....		1.480.523.803,38
Despesa realizada .....		<u>1.442.776.901,59</u>
Superavit da gestão de Operações de Crédito .....		37.746.901,79 *****

A soma algébrica dos resultados parciais permite recompor o resultado financeiro inicialmente demonstrado, como se expõe:

Deficit da gestão do Fundo Geral.....	(-) 858.689.337,45
Superavit da gestão dos Fundos Especiais .....	155.050.833,70
Superavit da gestão de Operações de Crédito .....	<u>37.746.901,79</u>
Deficit financeiro do exercício .....	(-) 665.871.601,96
	=====

## 2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Complementando o exame das operações da gestão financeira constantes no Balanço Financeiro, são analisadas, a seguir, as entradas e saídas que se processaram independentemente das autorizações orçamentárias:

### RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada) .....	1.278.425.981,12
Serviço da Dívida a Pagar .....	62.496.025,60
Depósitos .....	765.257.892,80
Débitos de Tesouraria .....	1.873.977.644,45
Outras operações .....	<u>1.482.894.197,65</u>
	5.463.051.741,62
	=====

### DESPESA

Restos a Pagar .....	636.604.521,78
Serviço da Dívida a Pagar .....	47.952.630,42
Depósitos .....	722.896.655,97
Débitos de Tesouraria .....	1.506.982.521,70
Outras operações .....	<u>1.860.216.598,27</u>
	4.774.652.928,14
	=====

Essas operações encontram-se especificadas na Demonstração das Opera

ções Extra-Orçamentárias, anexa ao Balanço Financeiro.

Os elementos também podem ser grupados segundo suas origens e os efeitos que produzem na composição do patrimônio financeiro, como segue:

RECEITA

Recebimento de créditos .....	144.064.202,77
Formação de dívidas .....	<u>5.318.987.538,85</u>
	5.463.051.741,62
	=====

DESPESA

Formação de créditos .....	559.629.303,12
Pagamento de dívidas .....	<u>4.215.023.625,02</u>
	4.774.652.928,14
	=====

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A receita e a despesa orçamentárias e extra-orçamentárias constituem a gestão financeira e estão profunda e indissoluvelmente interligadas, embora tenham sido analisadas separadamente.

Dessas operações decorrem variações quantitativo-qualitativas sobre os elementos do patrimônio financeiro, sendo que as quantitativas resultantes da execução orçamentária evidenciam o resultado financeiro do exercício. Eis a apuração dessas variações:

Nas disponibilidades

Situação final .....	466.655.070,85
Situação inicial .....	<u>444.127.859,33</u>
Aumento de disponibilidades .....	22.527.211,52
	=====

No ativo realizável

Formação de créditos .....	559.629.303,12
Recebimento de créditos .....	<u>144.064.202,77</u>
Aumento de créditos .....	415.565.100,35
	=====

Na dívida flutuante

Formação de dívidas .....	5.318.987.538,85
Pagamento de dívidas .....	<u>4.215.023.625,02</u>
Aumento de dívidas .....	1.103.963.913,83
	=====

O deficit financeiro é resultante também de soma algébrica das variações apuradas.

Variações passivas

Aumento de dívidas .....	1.103.963.913,83
--------------------------	------------------

Variações ativas

Aumento de disponi bilidades .....	22.527.211,52	
Aumento de créditos	<u>415.565.100,35</u>	<u>438.092.311,87</u>
Deficit financeiro do exercício ..		665.871.601,96
		=====

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra o patrimônio administrativo do Estado, através de seus componentes positivos e negativos, dividido em dois grandes grupos: o financeiro e o permanente.

Na área financeira agrupam-se os créditos e valores realizáveis, como componentes positivos, e os restos a pagar, o serviço da dívida a pagar, os depósitos de terceiros e os débitos de tesouraria, como elementos negativos.

No outro grupo, o permanente, reúnem-se, como componentes ativos, os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos para financiamento e os estoques de material, e, como elementos passivos, a dívida fundada interna e externa.

Apresenta-se, a seguir, a composição qualitativo-quantitativa do patrimônio financeiro e a respectiva situação líquida, que é negativa:

#### Passivo

Restos a Pagar ..	1.439.244.350,76	
Serviço da Dívida a Pagar .....	104.470.295,37	
Depósitos .....	254.760.503,76	
Débitos de Tesouraria .....	1.594.980.780,55	
Diversos .....	<u>1.320.726.808,99</u>	4.714.182.739,43

#### Ativo

Disponível .....	195.777.558,53	
Vinculado .....	270.877.512,32	
Realizável .....	<u>715.887.038,11</u>	<u>1.182.542.108,96</u>
Passivo financeiro descoberto .....		3.531.640.630,47
		=====

A situação líquida financeira foi agravada, no exercício de 1977, em Cr\$ 665.871.601,96, em decorrência do déficit financeiro da execução orçamentária

ria, conforme se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31.12.76	2.865.769.028,51	
Deficit financeiro do exercício .....	<u>665.871.601,96</u>	
Passivo financeiro descoberto em 31.12.77	3.531.640.630,47	=====

Inversamente, no patrimônio permanente a situação líquida é positiva

e assim se apresenta:

Ativo

Bens do Estado ...	1.401.022.250,42	
Créditos .....	912.304.243,05	
Participações ....	6.927.383.566,84	
Diversos .....	<u>960.783.133,51</u>	10.201.493.193,82

Passivo

Dívida Fundada Interna .....	4.538.531.036,94	
Dívida Fundada Externa .....	<u>773.502.254,22</u>	<u>5.312.033.293,16</u>
Ativo permanente líquido .....		4.889.459.900,66
		=====

A situação líquida global é resultante da conjugação das situações líquidas parciais, a saber:

Ativo permanente líquido .....	4.889.459.900,66
Passivo financeiro descoberto .....	<u>3.531.640.630,47</u>
Ativo real líquido .....	1.357.819.270,19
	=====

Encontram-se ainda no Balanço Patrimonial as chamadas contas de compensação, que registram as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores nominais emitidos, os valores em depósitos e as situações não compreendidas no patrimônio real, mas que, mediata ou imediatamente, podem vir a afetá-lo. Essas contas agrupam-se em:

Valores em poder de terceiros	278.837.207,55
Valores de terceiros .....	33.159.569,03
Valores nominais emitidos ...	305.310.715,00
Valores e obrigações diversas	<u>6.117.312.446,14</u>
	6.734.619.937,72
	=====



### 3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Os elementos positivos que integram o patrimônio do Estado são divididos em dois grandes grupos: ativo financeiro e ativo permanente. Estes componentes são analisados a seguir.

#### 3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

O ativo financeiro globalizou, no término do ano de 1977, a importância de Cr\$ 1.182.542.108,96. Em relação ao ano anterior, houve o aumento de Cr\$ ... 438.092.311,87, conforme se demonstra:

	1976	1977	Variações
Disponível	236.643.972,71	195.777.558,53	- 40.866.414,18
Vinculado	207.483.886,62	270.877.512,32	+ 63.393.625,70
Realizável	<u>300.321.937,76</u>	<u>715.887.038,11</u>	+ <u>415.565.100,35</u>
	744.449.797,09	1.182.542.108,96	+ 438.092.311,87
	=====	=====	=====

As disponibilidades encontram-se assim distribuídas:

Caixa .....	25.402.540,44
Bancos c/Disponíveis .....	97.887.769,76
Bancos c/Especial Autos de Lançamento .	72.581.981,29
Exatorias .....	51.292,82
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	<u>53.974,42</u>
	195.777.558,53
	=====

A redução das disponibilidades nas Exatorias e Coordenadorias Regionais de Arrecadação, no exercício em exame, é resultante da implantação do Sistema Estadual de Arrecadação através da rede bancária.

O ativo realizável é constituído de créditos e valores conversíveis em espécie, que se agrupam nas seguintes contas:

Devedores .....	704.562.421,66
Responsáveis .....	24.631,15
Prefeituras c/Devedoras	8.650.866,57
Suprimentos Autorizados	2.509.945,75
Valores do Estado .....	<u>139.170,98</u>
	715.887.038,11
	=====

Ainda que detalhados nos quadros que ilustram o Balanço Patrimonial, são destacados e analisados, a seguir, os componentes mais expressivos do ativo realizável.

A conta Devedores responde pelos débitos de pessoas e entidades perante o Estado, salientando-se as seguintes: a União Federal, com Cr\$ 269.709.923,51, saldo de responsabilidade por proventos dos servidores ferroviários inativos, pagos pelo Estado, de conta da União, e relativos aos anos de 1973 a 1977 e saldo de 1972, tendo em vista que os débitos de 1959 a 1971, e parte de 1972, foram resgatados pela União nos exercícios de 1975 e 1976; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com Cr\$ 101.343.678,20, referentes ao valor retido do produto da taxa rodoviária única, a ser aplicado no Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES; a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC, com Cr\$ 99.097.007,15, resultantes do produto de operações de crédito, contratadas pelo Estado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, e entregue por este último, indevidamente, à CEDIC, como executora do projeto que originou a concessão dos recursos; a Aços Finos Piratini S.A., com Cr\$ 46.726.361,51, e a Companhia Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 41.252.280,86, provenientes de suprimentos realizados pelo Estado a essas empresas, por conta de futuro aumento de capital; os devedores do extinto Departamento de Imprensa Oficial do Estado, com Cr\$ ..... 27.738.615,33, em sua quase totalidade representados por repartições estaduais; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com Cr\$ 24.355.154,04, correspondentes ao valor retido do produto da taxa rodoviária única, aplicado no custeio do sistema de arrecadação e distribuição da referida taxa; os Srs. Gentil Francisco Carlesso e Ermindo Valentim Carlesso, com Cr\$ 23.982.218,87, decorrentes de ressarcimento efetuado pelo Estado na desapropriação de imóveis para implantação do Distrito Industrial de Santa Maria.

Sob o título Responsáveis estão registrados os débitos de agentes administrativos por pagamentos indevidos, os saldos não recolhidos e outras responsabilidades pecuniárias, na importância de Cr\$ 24.631,15.

Em Prefeituras c/Devedoras encontram-se as dívidas contraídas por alguns municípios com o Estado, no montante de Cr\$ 8.650.868,57, destacando-se a Prefeitura Municipal de Pelotas, no valor de Cr\$ 6.612.663,74.

Como Suprimentos Autorizados estão registradas as antecipações realizadas a diversas entidades, objetivando suprir suas deficiências financeiras, no total de Cr\$ 2.509.945,75, destacando-se: Cr\$ 1.100.181,34 para a Companhia de Materiais Pró-Casa Popular; Cr\$ 774.013,83 para a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos; Cr\$ 380.812,99 para o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes; Cr\$ ..... 251.879,00 para a Rede Ferroviária Federal S.A.

Por último, a conta Valores do Estado, no total de Cr\$ 139.170,98, corresponde a moedas e metais depositados na Seção de Valores e Movimentação Financeira da Diretoria da Despesa do Tesouro do Estado.

### 3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Os componentes do ativo permanente e o confronto da posição alcançada ao final dos últimos dois anos são apresentados a seguir:

	1976	1977	Variações
Bens Móveis ....	251.096.786,83	297.904.477,38	+ 46.807.690,55
Bens Imóveis ...	771.788.364,04	1.094.801.674,13	+ 323.013.310,09
Bens de Natureza Industrial ....	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos .....	679.919.632,90	912.304.243,05	+ 232.384.610,15
Participações ..	4.874.722.466,59	6.927.383.586,84	+ 2.052.661.100,25
Diversos .....	<u>687.908.652,72</u>	<u>960.783.133,51</u>	+ <u>272.874.480,79</u>
	7.273.752.001,99	10.201.493.193,82	+ 2.927.741.191,83
	=====	=====	=====

Ainda no ano de 1977, a Administração não pôde contar com o inventário completo dos bens incorporados ao patrimônio do Estado e compreendidos nos tí-

tulos Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens de Natureza Industrial.

Classificados no título Créditos encontram-se as seguintes contas:

Devedores por Empréstimos .....	1.816.619,59
Dívida Ativa .....	910.201.581,26
Prefeituras c/Empréstimo Externo de 1927 .....	236.251,86
Prefeituras c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa.	918,57
União Federal c/Responsabilida- des Diversas .....	48.871,77
	<u>912.304.243,05</u>
	=====

Dos elementos apresentados, por sua expressão monetária, merece desta-  
que a Dívida Ativa, que representa os débitos de contribuintes, cuja cobrança é pro-  
cessada lentamente. No ano de 1977, esta conta sofreu as seguintes variações:

Saldo em 31.12.76 .....	677.816.971,11
Mais:Dívida Ativa inscrita em 1977	<u>331.876.858,26</u>
	1.009.693.829,37
 Menos	
Receita arrecadada em 1977 .....	27.083.908,09
Créditos cancela- dos por insubsis- tentes em 1977 ..	<u>12.406.340,02</u>
	99.492.248,11
Saldo em 31.12.77 .....	<u>910.201.581,26</u>
	=====

Sob o título Participações encontram-se as aplicações do Estado, em  
ações, no capital de empresas, agrupadas em:

Participações em Sociedades de E- conomia Mista do Estado .....	6.413.796.547,84
Participações Diversas .....	<u>513.587.019,00</u>
	6.927.383.566,84
	=====

A primeira dessas contas reúne as participações em entidades nas quais  
o Estado exerce o comando acionário. A outra engloba as empresas de cujo capital o  
Estado participa como acionista minoritário.

Os quadros seguintes especificam as empresas de cujo capital o Estado  
participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.77	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA .....	7.558.670,00	750.000,00	8.308.670,00	10.700.000,00	19.008.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL ..	158.246.308,00	-	158.246.308,00	-	158.246.308,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	134.637.643,00	-	134.637.643,00	-	134.637.643,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	13.305.600,00	-	13.305.600,00	-	13.305.600,00
Central Vitivinícola do Sul - VINO SUL S.A. ....	15.119.488,00	50.000,00	15.169.488,00	720.000,00	15.889.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC .....	7.000.000,00	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO .....	4.999.880,00	-	4.999.880,00	-	4.999.880,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE .....	4.132.529.465,64	3.337.491,20	4.135.866.956,84	414.553.643,16	4.550.420.600,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA .....	289.948.011,93	78.513.598,07	368.461.610,00	-	368.461.610,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS .....	4.999.700,00	-	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA .....	75.057.453,62	13.268.546,38	88.326.000,00	42.700.000,00	131.026.000,00
Companhia Materiais Pró Casa Popular .....	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS .....	64.356.150,00	1.800.000,00	66.156.150,00	-	66.156.150,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG .....	17.702.719,00	-	17.702.719,00	-	17.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC .....	35.678.940,00	-	35.678.940,00	-	35.678.940,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração - CRM .....	58.526.472,00	-	58.526.472,00	-	58.526.472,00

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.77	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
(Continuação)					
Companhia Rio-Grandense de Nitrogênios - CRN .....	25.934.500,00	465.000,00	26.399.500,00	1.600.500,00	28.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN .....	539.036.670,00	17.315.830,00	556.352.500,00	-	556.352.500,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT .....	668.146.727,50	1.472.445,50	669.619.173,00	24.876.365,00	694.495.538,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo	31.735.280,00	-	31.735.280,00	4.264.720,00	36.000.000,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul - COTEPE ...	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA ..	9.170.000,00	-	9.170.000,00	-	9.170.000,00
	6.296.823.636,69	116.872.911,15	6.413.796.547,84	499.415.248,16	6.913.211.796,00

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.77	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A. ....	226.261.632,00	-	226.261.632,00	47.000.000,00	273.261.632,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores	2.968.900,00	-	2.968.900,00	-	2.968.900,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE .....	117.500.000,00	-	117.500.000,00	-	117.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	5.875,00	-	5.875,00	-	5.875,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA ....	12.240.000,00	-	12.240.000,00	-	12.240.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL .....	12.218.590,00	-	12.218.590,00	-	12.218.590,00
Companhia Brasileira do Cobre ..	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A.	222.124,00	-	222.124,00	-	222.124,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas .....	810.000,00	-	810.000,00	-	810.000,00
M.F.M. - Companhia Industrial de Fundição de Aço .....	1.220.598,00	-	1.220.598,00	-	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS .....	119.345.933,00	-	119.345.933,00	-	119.345.933,00
Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul - RIOCELL .....	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
"VARIG" S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	14.158.213,00	-	14.158.213,00	-	14.158.213,00
	513.587.019,00	-	513.587.019,00	47.000.000,00	560.587.019,00

O incremento líquido verificado nas Participações em Sociedades de Economia Mista do Estado, no valor de Cr\$ 2.018.540.644,25, assim se discrimina:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Bonificações em ações .....	38.467.898,00 /	
Reajustamento de ações alienadas .....	<u>875.673,55 /</u>	
	39.343.571,55 /	
Menos:		
Venda de ações .....	<u>18.389.144,55</u>	20.954.427,00 /
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..		3.326.400,00 /
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....		1.321.491.831,75 /
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....		257.366.610,00 /
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras .....		88.000.000,00 /
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....		40.656.300,00 /
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos .....		15.358.302,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração .....		43.538.071,00 /
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....		8.500.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....		134.174.800,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....		65.448.562,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo .....		<u>19.725.340,00</u>
		2.018.540.644,25
		=====

Do acréscimo apresentado, Cr\$ 1.415.156.608,50 correspondem a bonificações em ações, distribuídas pelas seguintes empresas:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	38.467.898,00 /
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.326.400,00 /
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	1.067.020.500,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	124.866.610,00 /
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul .....	23.305.300,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos .....	10.358.302,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração .....	19.988.236,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	127.819.800,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	<u>3.562,50</u>
	1.415.156.608,50
	=====

Nas Participações Diversas o acréscimo líquido foi de Cr\$ .....  
34.120.456,00, decorrente também de bonificações em ações, a saber:



Construções Eletromecânicas S.A.	21.618,00
Petróleo Brasileiro S.A. ....	<u>34.098.838,00</u>
	34.120.456,00
	*****

Resumindo, o aumento global no grupo Participações assim se expõe:

Saldo em 31.12.76 .....		4.874.722.466,59
Mais		
Participações em Sociedades de Economia Mista .....	2.018.540.644,25	
Participações Diversas .....	<u>34.120.456,00</u>	<u>2.052.661.100,25</u>
Saldo em 31.12.77 .....		6.927.383.566,84
		*****

Grupadas sob a designação Diversos encontram-se as seguintes contas:

Almoxarifados .....	52.235.534,05
Fundos para Financiamento .....	650.741.689,85
Fundos Diversos .....	257.793.011,47
Valores Ativos em Liquidação ...	<u>12.898,14</u>
	960.783.133,51
	*****

A conta Almoxarifados representa os materiais depositados nas unidades administrativas, no valor de Cr\$ 52.235.534,05, submetidos a rigoroso controle físico, ocupando-se também a contabilidade da apuração da responsabilidade patrimonial dos agentes incumbidos de sua guarda e movimentação. Os inventários analíticos realizados em 31 de dezembro de 1977, alguns já através do serviço eletrônico de processamento de dados, instruirão os processos de tomada de contas dos respectivos responsáveis.

Em Fundos para Financiamento estão registrados os recursos legalmente destinados a financiar determinados setores da economia estadual, no total de Cr\$ 650.741.689,85, discriminados a seguir, segundo os estabelecimentos incumbidos de sua gestão:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa .....	12.500.000,00

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Carteira de Crédito Agrícola .....	65.904.130,27	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho .....	2.500.000,00	
Fundo Estadual de Habitação Popular ....	1.005.000,00	
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul ....	192.000.048,80	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios .....	<u>176.546,26</u>	261.585.725,38

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Fundo de Cooperação Financeira .....	223.467.838,37	
Fundo Operação Empresa .....	<u>153.188.126,15</u>	376.655.964,52
		650.741.689,85
		=====

Esses Fundos apresentaram, no ano sob exame, o aumento líquido de Cr\$ 215.690.719,82, conforme se demonstra:

Carteira de Crédito Agrícola .....	16.583.719,82
Fundo de Cooperação Financeira .....	80.112.000,00
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul	50.000.000,00
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa .....	10.000.000,00
Fundo Operação Empresa .....	<u>60.000.000,00</u>
	216.695.719,82

Menos

Baixa efetuada em Fundos não utilizados:	
Fundo Estadual de Habitação Popular	<u>1.005.000,00</u>
	215.690.719,82
	=====

Sob o título Fundos Diversos, que apresenta o saldo de Cr\$ ..... 257.793.011,47, está classificada a provisão destinada a assegurar a liquidez dos títulos da dívida pública estadual, em operações de mercado de títulos públicos.

Finalmente, com o título Valores Ativos em Liquidação, no qual estão compreendidos os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, no valor de Cr\$ 12.898,14, conclui-se o exame do grupo Diversos e também do Ativo Permanente.

### 3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

As dívidas do Estado, no final do exercício de 1977, estavam assim distribuídas:

Dívida Fundada Externa	773.502.254,22
Dívida Fundada Interna	4.538.531.038,94
Dívida Flutuante .....	<u>4.714.182.739,43</u>
	10.026.216.032,59
	*****

Dado o montante elevado das dívidas do Estado, não é demais reiterar os esclarecimentos, já prestados no exercício anterior, de que as mesmas não guardam relação direta com os componentes do ativo, pelas peculiaridades que apresenta o patrimônio das entidades públicas.

A maior parte dos integrantes da substância patrimonial é inalienável. Também uma parcela apreciável dos recursos normais do Estado e os decorrentes de operações de crédito são investidos em bens de uso comum do povo, os quais não são incorporados ao patrimônio administrativo, mas as dívidas contraídas para o seu financiamento passam a integrar os componentes reais do passivo.

Carece, pois, de significado qualquer comparação entre o passivo e o ativo, salvo no que respeita às disponibilidades e aos créditos realizáveis.

Encontrando a dívida pública sua contrapartida na receita de exercícios futuros, adquire maior realce o estabelecimento de correlações entre a mesma e o seu serviço e a receita de impostos.

Inicialmente, demonstra-se, comparativamente, o incremento da receita de impostos e o da dívida pública, nos últimos cinco anos, em valores absolutos e relativos.

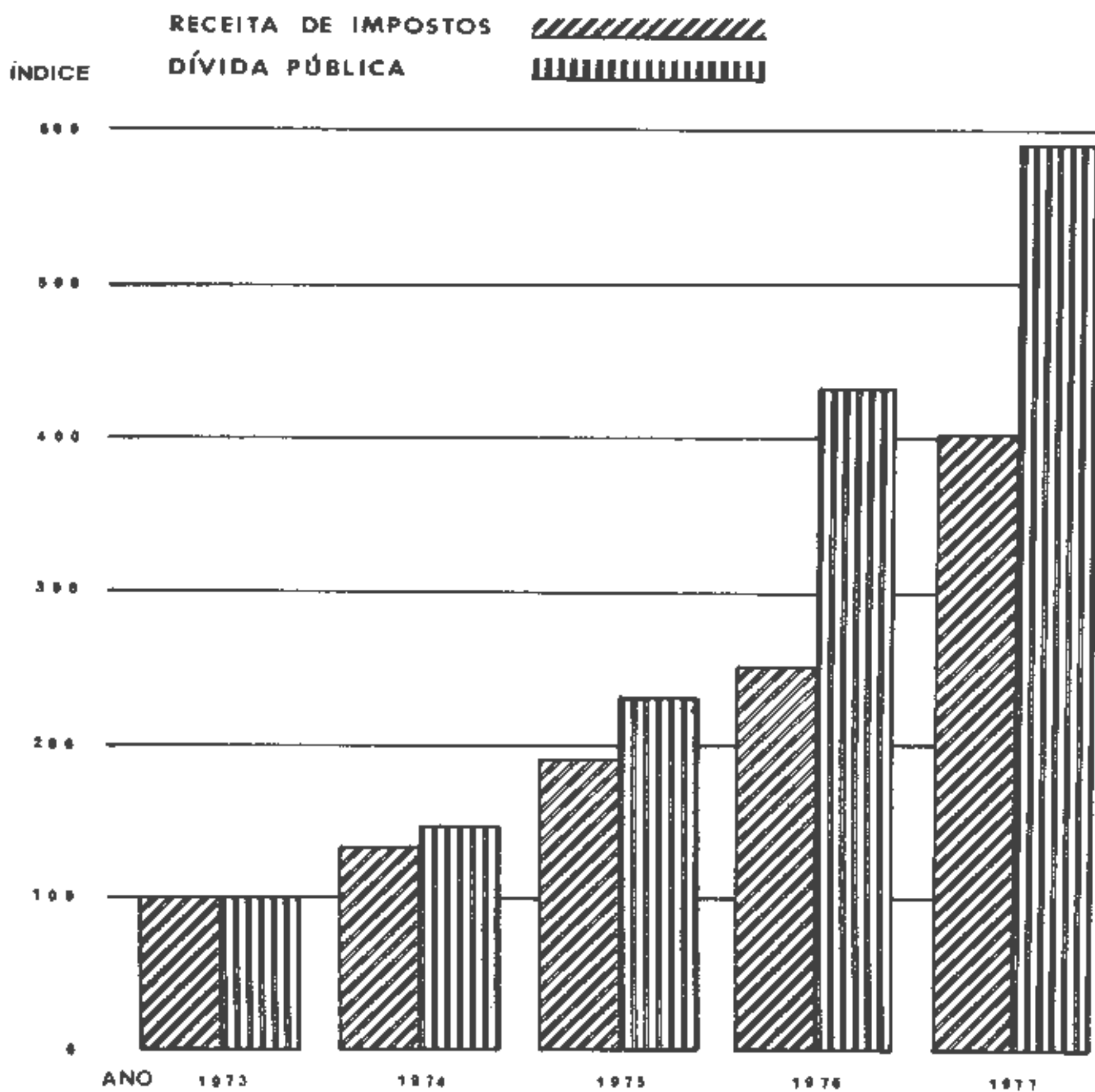
Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1973	2.688.252.617,59	100	1.687.032.838,25	100
1974	3.599.311.020,86	134	2.514.727.710,28	149
1975	5.199.648.324,08	193	3.933.625.627,99	233
1976	6.886.824.833,89	256	7.319.674.274,82	434
1977	10.945.783.511,85	407	10.026.216.032,59	594

Fica evidenciado que o ritmo de crescimento das dívidas, nos índices resultantes, tem superado o da receita de impostos e que, inclusive, no ano de 1976, o montante da dívida pública foi maior que o da receita de impostos.

O quadro que segue demonstre, graficamente, a mesma comparação.

# ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

NO QÜINQUÊNIO



Com referência à dívida pública, mais importantes do que o seu montante global são os valores de seus encargos anuais, decorrentes de amortização, juros, correção monetária, comissões e outras despesas. Eis, a seguir, o comparativo entre o crescimento dos impostos e o serviço da dívida, no último quinquênio, bem como, em termos percentuais, os recursos efetivamente absorvidos anualmente pela dívida pública.

Ano	Receita de Impostos	Índice	Serviço da dívida pública	Índice	Percentual do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1973	2.688.252.617,59	100	232.686.647,30	100	8,66%
1974	3.599.311.020,88	134	414.356.084,76	178	11,51%
1975	5.199.648.324,08	193	889.145.793,52	382	17,10%
1976	6.886.824.833,89	256	1.125.392.096,89	484	16,34%
1977	10.945.783.511,85	407	2.041.541.701,77	877	18,65%

### 3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

A Dívida Fundada Externa atingiu, no encerramento do exercício de 1977, o saldo de Cr\$ 773.502.254,22. As dívidas foram convertidas às taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 1977, isto é, Cr\$ 16,050 para o dólar americano, Cr\$ .. 30,816 para libra esterlina e Cr\$ 7,68634 para o marco alemão.

Apresenta-se, a seguir, a evolução da dívida externa, em moeda estrangeira e nacional, nos últimos cinco anos:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	DM	Índice	Cr\$	Índice
1973	11.030.568,54	100	466.217,95	100	-	-	75.631.872,13	100
1974	10.470.500,00	95	374.478,15	80	-	-	84.488.590,04	112
1975	10.000.000,00	91	288.418,33	62	240.845,78	-	97.213.295,99	129
1976	48.000.000,00	435	196.378,51	42	2.285.892,17	-	609.005.251,24	805
1977	46.000.000,00	417	110.318,69	24	4.137.557,49	-	773.502.254,22	1023

Esses dados mostram que, no período considerado, os empréstimos em libras vêm apresentando redução constante; os empréstimos em dólares vêm tendo com

portamento idêntico até 1976, quando foram realizadas novas operações; e os empréstimos em marcos alemães acusam um crescimento constante desde seu ingresso no elenco da dívida externa.

As variações da dívida sob exame, no ano de 1977, assim se demonstram:

Posição em 31.12.76 .....			609.005.251,24
Mais			
Empréstimos em apólices			
Reajustamento cambial .....		825.691,77	
Empréstimos contratados			
Produto recebido .....	11.098.980,65		
Reajustamento cambial.	<u>183.841.775,80</u>	<u>194.940.756,45</u>	195.766.448,22
Menos			
Empréstimos em apólices			
Amortizações .....		3.662,46	
Empréstimos contratados			
Amortizações .....		<u>31.265.782,78</u>	<u>31.269.445,24</u>
Saldo em 31.12.77 .....			773.502.254,22 =====

Cumprе ressaltar que o crescimento da dívida externa, em moeda nacional, foi devido tanto aos reajustes cambiais quanto ao ingresso de recursos provenientes dos empréstimos contratados.

São especificados, a seguir, os valores iniciais e as amortizações acumuladas, por tipo de empréstimo e espécie de moeda:

Empréstimos em apólices

Em libras esterlinas	£	Cr\$
Emissão .....	600.000,00	
Amortização .....	<u>511.960,00</u>	
Saldo em circulação .	88.040,00	2.713.040,47

Empréstimos contratados

Em dólares	US\$	
Valor inicial .....	50.000.000,00	
Amortização .....	<u>4.000.000,00</u>	
Saldo devedor .....	46.000.000,00	738.300.000,00

Em libras esterlinas	£	Cr\$
Valor inicial .....	602.418,81	
Amortização .....	<u>580.140,12</u>	
Saldo devedor .....	22.278,69	666.540,11
Em marcos alemães	DM	
Produto recebido até		
31.12.77 .....	4.137.557,49	<u>31.802.673,64</u>
		773.502.254,22
		=====

### 3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

No encerramento do exercício de 1977, a dívida fundada interna estava assim constituída:

	Cr\$	%
Portadores de títulos .....	3.325.292.621,04	73,3
Banco do Brasil S.A. ....	89.230.329,63	2,0
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ....	129.942.594,67	2,8
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	636.384.809,78	14,0
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	119.931.223,83	2,6
Caixa Econômica Federal .....	234.931.047,00	5,2
União Federal .....	<u>2.818.412,79</u>	<u>0,1</u>
	4.538.531.038,94	100,0
	=====	=====

Pelos elementos alinhados a seguir, que demonstram a evolução da dívida fundada interna nos últimos cinco anos, verificam-se acréscimos anuais, tanto nos empréstimos em títulos como nos por contratos.

Ano	Empréstimos em títulos		Empréstimos contratados		Total		Aumento em relação ao ano anterior	
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	%	
1973	175.204.467,31	100	187.222.471,32	100	362.426.938,63	100	-	
1974	744.080.267,53	425	156.094.229,57	83	900.174.497,10	248	148,37	
1975	1.765.183.870,32	1007	128.488.430,37	69	1.893.672.300,69	522	110,37	
1976	2.561.877.457,28	1462	538.572.740,70	288	3.100.450.197,98	855	63,73	
1977	3.325.292.621,04	1898	1.213.238.417,90	648	4.538.531.038,94	1252	46,38	



O aumento líquido que apresentou a dívida fundada interna, no ano de 1977, foi proveniente das seguintes operações:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos .....	921.885.589,83	
Empréstimos contratados .....	<u>547.539.232,90</u>	1.469.424.822,73

Reajustamento da dívida

Empréstimos em títulos .....	852.181.353,15	
Empréstimos contratados .....	<u>209.605.845,71</u>	<u>1.061.787.198,86</u>
		2.531.212.021,59

Menos

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em títulos .....	1.010.851.779,22	
Empréstimos contratados .....	<u>82.479.401,41</u>	<u>1.093.131.180,63</u>
		1.438.080.840,96
		=====

Os acréscimos verificados, no total de Cr\$ 2.531.212.021,59, assim

se detalham:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimos Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul -ORTE-RS - Lei nº 6.465, de 15.12.76

Dec. 24.937, de 28. 9.76 - 11a. série	921.885.589,83
---------------------------------------	----------------

Empréstimos contratados

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A

Empréstimos contratados

Em 19. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71 707.803 UPC .....	86.888.626,59
---	---------------

Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73 3.705 UPC .....	350.111,21
8.099 UPC .....	501.365,55
22.481 UPC .....	337.597,49
34.794 UPC .....	<u>3.282.799,52</u>
	4.471.873,77

Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73 8.091 UPC .....	1.617.068,14
10.746 UPC .....	549.408,23
35.831 UPC .....	1.325.588,71
82.998 UPC .....	3.730.016,83
189.224 UPC .....	<u>9.923.680,13</u>
	17.145.762,04

Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC .....	215.004,33	
3.347 UPC .....	46.302,06	
10.811 UPC .....	64.103,13	
15.729 UPC .....	<u>1.619.676,12</u>	1.945.285,64
Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76		
485.123 UPC .....		27.607.300,55
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.126 UPC .....	762.935,53	
14.052 UPC .....	<u>2.580.642,37</u>	3.343.577,90
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC .....	272.161,72	
4.360 UPC .....	606.617,41	
15.638 UPC .....	1.161.269,18	
22.541 UPC .....	297.659,87	
65.038 UPC .....	<u>747.238,16</u>	3.084.946,34
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC .....		36.218.736,75
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
20.706 UPC .....		3.075.573,89
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC .....	227.517,88	
2.730 UPC .....	197.392,22	
8.411 UPC .....	786.398,46	
13.858 UPC .....	2.721.131,65	
18.642 UPC .....	3.467.888,33	
52.558 UPC .....	<u>5.302.325,04</u>	12.702.653,58
Em 14. 1.77 -Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC .....		36.282.460,50
Em 5. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.221 UPC .....	176.221,23	
8.753 UPC .....	473.178,62	
24.948 UPC .....	441.770,45	
32.098 UPC .....	670.056,98	
57.287 UPC .....	864.553,26	
76.619 UPC .....	<u>3.150.835,27</u>	5.776.615,81
Em 20. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
8.383 UPC .....		1.783.785,41
Em 25. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.434 UPC .....		548.502,28
Em 31. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
79.565 UPC .....		8.456.434,34
Em 8. 6.77 - Lei 7.071, de 20. 4.77		
16.337 UPC .....		3.508.079,07
Em 16. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.437 UPC .....	463.702,65	
14.868 UPC .....	<u>2.155.397,23</u>	2.619.099,88
Em 20. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.722 UPC .....	292.289,89	
6.861 UPC .....	<u>287.053,28</u>	579.343,17

Em 16. 9.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.062 UPC .....		140.115,14
Em 24.10.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
7.751 UPC .....		525.314,75
Em 24.11.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
321.292 UPC .....		2.668.785,35

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Empréstimo contratado

Em 2. 6.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
90.600 UPC .....	12.165.992,25	
382.320 UPC .....	15.052.505,00	
600.000 UPC .....	<u>66.931.014,90</u>	114.149.512,15

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado em 24.2.76 - Lei 6.949, de 23.12.75 .....	59.016.848,00	
--	---------------	--

Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10.76 - Lei 6.962, de 30.12.75 .....	<u>115.000.000,00</u>	174.016.848,00	1.469.424.822,73
---	-----------------------	----------------	------------------

Reajustamento de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6.12.65 (correção monetária)

Dec. 18.873/B, de 30.12.67 - 3a. série .	1.618.344,00	
Dec. 20.571, de 30.9.70 - 5a. série ....	<u>6.740.136,00</u>	6.358.480,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72 (correção monetária)

Dec. 23.031, de 22.3.74 - 2a. série ....	298.108,36	
Dec. 23.248, de 13.8.74 - 4a. série ....	41.784.380,00	
Dec. 23.879, de 2.7.75 - 8a. série ....	474.268.393,82	
Dec. 24.251, de 27.11.75 - 9a. série ....	167.603.149,80	
Dec. 24.936, de 28.7.76 - 10a. série ...	45.130.152,96	

Dec. 24.937, de 29.9, .76 - 11a. série ...	<u>114.738.688,21</u>	843.822.873,15
Empréstimos contratados		
Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo de 755 mil dólares, contratado em 22. 4.69 - Lei .. 5.681, de 4.12.68 (correção cambial)..	2.177.115,05	
Empréstimo de 48,9 mi lhões de cruzeiros, contratado em 27.12. 74 - Lei 6.284, de 25.10.71 (correção monetária) .....	<u>22.037.421,18</u>	24.214.536,23
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico		
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22. 1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75 (correção monetária) .....		34.515.273,92
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., como agente financeiro do Banco Na- cional da Habitação		
Correção monetária dos empréstimos con- tratados		
Em 8. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71		
21.341 UPC .....	1.213.468,91	
44.392 UPC .....	<u>2.572.144,62</u>	3.785.613,53
Em 19. 5.76 - Lei 6.234, de 25.10.71		
707.803 UPC .....		27.807.079,78
Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.705 UPC .....	134.258,47	
8.099 UPC .....	31.306,03	
9.641 UPC .....	567.125,80	
10.679 UPC .....	626.109,55	
18.503 UPC .....	1.084.909,18	
22.481 UPC .....	1.188.410,36	
34.794 UPC .....	<u>1.387.465,91</u>	5.019.585,30
Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
8.091 UPC .....	175.789,05	
10.746 UPC .....	321.070,04	
35.831 UPC .....	1.386.237,77	
82.998 UPC .....	2.904.922,28	
189.224 UPC .....	<u>647.589,34</u>	5.435.608,48
Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC .....	76.430,46	
3.347 UPC .....	193.009,82	
3.618 UPC .....	212.806,00	
10.811 UPC .....	594.401,46	
15.729 UPC .....	<u>409.798,58</u>	1.486.446,32

Em 5.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76		
485.123 UPC .....		23.403.037,36
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.128 UPC .....	144.063,18	
14.052 UPC .....	<u>609.523,26</u>	753.586,44
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.360 UPC .....	12.690,88	
15.638 UPC .....	207.740,66	
22.541 UPC .....	49.378,26	
65.038 UPC .....	<u>2.761.382,49</u>	3.031.192,29
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC .....		9.529.399,85
Em 22.11.76 - Lei 6.989, de 2. 7.76		
665.380 UPC .....		38.988.432,60
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
20.706 UPC .....		144.036,93
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC .....	35.709,98	
2.730 UPC .....	1.880,62	
8.411 UPC .....	99.361,12	
13.858 UPC .....	44.731,44	
18.642 UPC .....	299.427,93	
52.558 UPC .....	<u>296.530,42</u>	777.641,51
Em 14. 1.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC .....		1.243.033,58
Em 5. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.221 UPC .....	4.172,16	
76.619 UPC .....	<u>58.022,35</u>	62.194,51
Em 20. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
8.383 UPC .....		107.672,32
Em 31. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
79.565 UPC .....		128.065,61
Em 8. 6.77 - Lei 7.071, de 20. 4.77		
16.337 UPC .....		202.670,48
Em 16. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
14.868 UPC .....		28.406,67
Banco Regional de Desenvolvimento do Ex		
tremo Sul		
Empréstimo contratado		
Em 2. 6.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
90.600 UPC .....	438.106,95	
382.320 UPC .....	688.990,00	
600.000 UPC .....	<u>3.928.985,10</u>	5.056.082,05
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande		
do Sul		
Empréstimo de 11,62 milhões de cruzei		
ros, contratado em 12. 9.72 - Lei		
6.284, de 25.10.71 .....		4.166.418,65

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 116,8 milhões de cruzeiros, contratado em 24. 2. 76 - Lei 6.949, de 23.12.75 .....	8.191.886,30		
Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10. 76 - Lei 6.962, de 30.12.75 .....	<u>11.527.745,00</u>	<u>19.719.631,30</u>	<u>1.061.787.198,86</u>
			2.531.212.021,59
			=====

As reduções verificadas, no total de Cr\$ 1.093.131.180,63, tiveram origem nas operações de resgate a seguir especificadas:

Resgate de títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6.12.65

Dec. 18.873/E, de 30.12.67 - 3a. série (14.820 apólices de Cr\$ 527,30 cada uma) ..... 7.814.586,00

Empréstimo Lei 6.079/70

Dec. 20.720, de 27.11.70 (3.530 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) ..... 353.000,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - -ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72

Dec. 23.031, de 22. 3.74 - 2a. série (757 obrigações de Cr\$ 194,83 cada uma; 807 obrigações de Cr\$ 190,51 cada uma; 70.000 obrigações de Cr\$ 183,65 cada uma) ..... 13.156.727,88

Dec. 23.248, de 13. 8.74 - 4a. série (115.000 obrigações de Cr\$ 227,15 cada uma; 540.000 obrigações de Cr\$ .. 224,01 cada uma; 311.000 obrigações de Cr\$ 219,51 cada uma) ..... 215.355.260,00

Dec. 23.879, de 2. 6.75 - 8a. série (345.000 obrigações de Cr\$ 233,74 cada uma; 1.700.000 obrigações de Cr\$ 230,30 cada uma; 1.126.034 obrigações de Cr\$ 227,15 cada uma; 10.654 obrigações de Cr\$ 224,01 cada uma; 3.868 obrigações de Cr\$ 219,51 cada uma; 1.573 obrigações de Cr\$ 213,80 cada uma; 49.841 obrigações de Cr\$ 206,90 cada uma; 160.272 obrigações de Cr\$ 200,45 cada uma) ..... 773.939.523,02

Dec. 24.251, de 27.11.75 - 9a. série (128 obrigações de Cr\$ 233,74 cada u- ma; 12 obrigações de Cr\$ 230,30 cada Uma) .....	32.682,32
---	-----------

Resgate de empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 2 milhões de cruzeiros , contratado em 21. 2.69 - Lei 5.587, de 29.12.67 .....	133.333,34
Empréstimo de 755 mil dólares, contra- tado em 22. 4.69 - Lei 5.681, de 4.12 .68 .....	703.591,01
Empréstimo de 10 milhões de cruzeiros, contratado em 31. 1.73 - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	287.500,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 7. 3.73 - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	15.000.000,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 6.11.73 - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	15.000.000,00
Empréstimo de 49,9 milhões de cruzei - ros, contratado em 27.12.74 - Lei ... 6.284, de 25.10.71 .....	7.628.868,85

Banco Nacional do Desenvolvimento Econô-  
mico

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22. 1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75 .....	27.965.135,80
---	---------------

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.  
A.

Empréstimos contratados

Em 8. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71		
21.341 UPC .....	202.589,26	
44.392 UPC .....	<u>542.759,49</u>	745.348,75
Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
10.678 UPC .....	65.396,31	
18.503 UPC .....	<u>113.317,32</u>	178.713,63
Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.347 UPC .....	7.039,62	
3.618 UPC .....	7.609,36	
10.811 UPC .....	<u>21.445,36</u>	36.094,34
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.128 UPC .....	4.199,07	
14.052 UPC .....	<u>72.149,66</u>	76.348,73
Em 22.11.76 - Lei 6.989, de 2. 7.76		
665.360 UPC .....		6.149.312,55

Banco Regional de Desenvolvimento do Ex-  
tremo Sul

Empréstimo de 1,2 milhões de cruzei-  
ros, contratado em 12. 2.71 - Lei ..  
6.284, de 25.10.71 ..... 256.018,18

Empréstimo de 675 mil cruzeiros, con-  
tratado em 19.11.73 - Lei 6.284, de  
25.10.71 ..... 155.867,06

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande  
do Sul

Empréstimo de 11,62 milhões de cruzei-  
ros, contratado em 12. 9.72 - Lei ..  
6.284, de 25.10.71 ..... 6.374.418,65

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros,  
contratado em 11.10.74 - Lei 6.284 ,  
de 25.10.71 ..... 1.275.000,00

União Federal

Empréstimo Interno de Conversão da Dí-  
vida Externa - Dólares ..... 1.789,89

Empréstimo Interno de Conversão da Dí-  
vida Externa - Libras Esterlinas ... 60,63

Empréstimo de 7,68 milhões de cruzei-  
ros, contratado em 12.10.66 - Lei ..  
5.186, de 23.12.65 ..... 512.000,00 1.093.131.180,63  
\*\*\*\*\*

3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida administrativa do Estado, ao término do exercício de 1977, a-  
tingiu o saldo de Cr\$ 4.714.182.739,43, assim desdobrado:

Restos a Pagar .....	1.439.244.350,76
Serviço da Dívida a Pagar	104.470.295,37
Depósitos .....	254.760.503,76
Débitos de Tesouraria ....	1.594.980.780,55
Diversos .....	<u>1.320.726.808,99</u>
	4.714.182.739,43
	*****

A evolução da dívida em exame assim se apresenta nos últimos cinco a-  
nos:



Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1973	1.248.974.027,49	-
1974	1.530.064.623,14	22,51%
1975	1.942.740.031,31	26,97%
1976	3.610.218.825,60	85,83%
1977	4.714.182.739,43	30,58%

A taxa de crescimento, no último ano, foi bem inferior à de 1976, mas mesmo assim, foi maior que a dos demais anos. O aumento verificado em 1977, no valor de Cr\$ 1.103.963.913,83, pode ser apreciado por dois ângulos, a seguir descritos:

a) Formação de dívidas .....	5.318.987.538,85
Menos: Pagamento de dívidas .....	<u>4.215.023.625,02</u>
Aumento da dívida flutuante .....	1.103.963.913,83
	=====
b) Deficit financeiro do exercício .	665.871.601,96
Mais: Aumento do ativo financeiro	<u>438.092.311,87</u>
Aumento da dívida flutuante .....	1.103.963.913,83
	=====

Segue a apreciação dos componentes da dívida administrativa do Estado.

#### RESTOS A PAGAR

As obrigações registradas sob este título atingiram a soma de Cr\$ ... 1.439.244.350,76. As formadas no ano sob exame montam a Cr\$ 1.278.425.981,12, assim especificadas:

Contas a Pagar ....	389.129.163,52
Empenhos a Liquidar	522.191.040,08
Folhas a Pagar ....	<u>367.105.777,54</u>
	1.278.425.981,12
	=====

Os resíduos correspondentes a Empenhos a Liquidar resultam de compromissos condicionais de pagamento, pendentes de comprovação ou ultimateção de fornecimento e de prestação de serviços.

#### SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Este grupo é constituído dos seguintes encargos com a dívida fundada:

Serviço da Dívida Interna	93.365.098,64
Serviço da Dívida Externa	<u>11.105.196,73</u>
	104.470.295,37
	=====

Serviço da Dívida Interna - Sob este título encontram-se escriturados os compromissos com:

Portadores de títulos .....	49.796.221,23
Banco do Brasil S.A. ....	552.382,40
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	9.402.969,98
Caixa Econômica Federal .....	2.755.933,00
União Federal .....	<u>30.857.592,03</u>
	93.365.098,64
	=====

A quantia devida a portadores de títulos corresponde a amortizações e juros de empréstimos de lançamento, vencidos, que se encontram à disposição dos respectivos titulares.

Serviço da Dívida Externa - A totalidade desses encargos, referentes a amortizações, juros e outras despesas com empréstimos externos em títulos, na importância de Cr\$ 11.105.196,73, foi atendida pela União Federal, tendo o Estado proposto reembolsá-la através do encontro de contas.

#### DEPÓSITOS

Os depósitos de terceiros, no valor de Cr\$ 254.760.503,76, estão assim distribuídos:

Depósitos de Autarquias .....	47.858.655,23
Depósitos de Consignatários ..	160.874.996,10
Depósitos Públicos e Judiciais	4.537.947,53
Depósitos Diversos .....	27.317.451,75
Depósitos de Fundações .....	47.009,00
Cauções .....	3.020.616,75
Retenções .....	<u>11.103.827,40</u>
	254.760.503,76
	=====

Os componentes sob exame caracterizam-se pela sua constante rotativi-

dade. Sua especificação nominal consta nos anexos ao Balanço Patrimonial.

#### DÉBITOS DE TESOURARIA

As obrigações decorrentes da realização de operações de crédito, para antecipar a receita, apresentaram, ao término do exercício de 1977, os seguintes saldos:

Empréstimos por antecipação da receita, contratados ...	1.539.210.454,85
Letras do Tesouro em circulação .....	<u>55.770.325,70</u>
	1.594.980.780,55
	*****

Em relação ao ano anterior, esses débitos apresentaram o acréscimo de Cr\$ 366.995.122,75, equivalente a 30%.

#### DIVERSOS

Incluem-se aqui os componentes do passivo financeiro não enquadrados nos demais grupos já apreciados, a saber:

Cheques a Pagar .....	43.818,80
Contribuições para Autarquias .....	103.380.559,93
Contribuições para Fundações .....	42.389.866,81
Contribuições de Previdência Social	158.404.417,05
Credores .....	504.798.094,96
Empenhos c/Fundo de Estoque de Material .....	1.562.272,44
Empresas c/Capital a Integralizar .	116.972.911,15
Fundos Especiais .....	67.614.315,86
Fundo para Estoque de Material ....	1.156.465,94
Fundo de Participação dos Municípios - Exercício de 1977 .....	315.934.112,60
Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única	<u>8.470.173,45</u>
	1.320.726.808,99
	*****

Essas contas são analisadas a seguir.

Cheques a Pagar - O saldo, na importância de Cr\$ 43.818,80, corresponde aos cheques depositados no Tesouro do Estado, em condições de resgate, à disposi

ção dos integrantes da folha de pagamento do pessoal do Hospital Colônia Itapuã.

Contribuições para Autarquias - No encerramento do exercício, figuravam, como credoras por contribuição, as seguintes autarquias:

Departamento Aeroviário do Estado ..	3.110.090,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	37.386.782,38
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais .....	11.370.000,00
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	<u>51.513.687,55</u>
	103.380.559,93
	=====

Contribuições para Fundações - Esta conta, no encerramento do exercício de 1977, apresentava, como credoras por contribuição, as entidades a seguir relacionadas:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul .....	973.089,91
Fundação de Ciência e Tecnologia .	4.755.000,00
Fundação de Economia e Estatística	958.003,70
Fundação Escola Técnica Libertador Salzano Vieira da Cunha .....	680.000,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor .....	11.371.548,31
Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação .....	129.000,00
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	3.146.220,00
Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore .....	160.000,00
Fundação Metropolitana de Planejamento .....	2.427.357,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	1.280.000,00
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	1.043.487,69
Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional .....	819.980,00
Fundação Sul Rio-Grandense de Assistência .....	6.766.000,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul .....	<u>7.900.000,00</u>
	42.389.666,81
	=====

Contribuições de Previdência Social - Sob este título englobam-se os encargos do Estado como empregador, referentes à previdência social, na importância de Cr\$ 158.404.417,05.

Credores - Registram-se nesta conta operações esporádicas, que resultam em dívidas do Estado para com terceiros, de variadas procedências, na importância de Cr\$ 504.798.094,96. Dentre os titulares desses créditos, destacam-se: a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 311.475.748,45, provenientes de contribuições para investimentos; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com Cr\$ 80.112.000,00, relativos à contribuição para o Fundo de Cooperação Financeira; a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, com Cr\$ ..... 25.936.437,90, referentes ao saldo devedor da conta disposição; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com Cr\$ 17.200.858,75, correspondentes ao saldo devedor da conta disposição; a Secretaria de Educação e Cultura, com Cr\$ 15.500.745,80, e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, com Cr\$ ..... 13.487.844,12, cujos créditos são resultantes de provisão para compra de material, através do Departamento Central de Administração do Material; a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 12.625.447,51, decorrentes da contribuição para amortização da dívida externa; e a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, com Cr\$ 10.040.000,00, correspondentes à contribuição para investimentos.

Empenhos c/Fundo de Estoque de Material - Esta conta representa o saldo dos empenhos não processados, imputados ao fundo rotativo de estoque de materiais, no total de Cr\$ 1.562.272,44.

Empresas c/Capital a Integralizar - Registra as obrigações do Estado relativas aos aumentos de capital, subscritos e não integralizados, no montante de Cr\$ 116.972.911,15, nas seguintes empresas:

Açúcar Gaúcho S.A. ....	750.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINO-SUL S.A. ....	50.000,00

Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	3.337.491,20
Companhia Estadual de Silos e Armazéns .....	78.513.598,07
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras .....	13.268.548,38
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul ...	1.800.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....	465.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	17.315.830,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	1.472.445,50
	<u>116.972.911,15</u>
	=====

Fundos Especiais - Classificam-se nesta conta as importâncias imputadas à despesa para a constituição de Fundos, ainda não entregues ou aplicadas, no total de Cr\$ 67.614.315,86, especificadas a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, c/Fundo de Garantia para Pequena Empresa .....	2.500.000,00
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul .....	26.240.000,98
Fundo Estadual de Habitação Popular	1.005.000,00
Fundo Estadual de Saúde .....	1.166.939,64
Fundo de Investimentos Urbanos ....	10.702.375,24
Fundo Operação Empresa .....	<u>26.000.000,00</u>
	67.614.315,86
	=====

Fundo para Estoque de Material - Corresponde à disponibilidade para aquisição de material, através do Departamento Central de Administração do Material, no montante de Cr\$ 1.156.465,94.

Fundo de Participação dos Municípios - Exercício de 1977 - Representa o saldo da parcela de 20% do produto arrecadado do imposto sobre circulação de mercadorias, do exercício em exame, no valor de Cr\$ 315.934.112,60, devida pelo Estado aos municípios.

Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única - Esta conta apresenta o saldo de cota-parte de 25% sobre a taxa rodoviária única arrecadada pela União e transferida ao Estado, a ser distribuída aos municípios, no total de Cr\$ 8.470.173,45.

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Na Demonstração das Variações Patrimoniais são evidenciadas as alterações verificadas no patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial, que podem ser assim sintetizadas:

Variações ativas ....	18.982.243.657,99
Variações passivas ..	<u>18.322.951.912,06</u>
Superavit patrimonial	659.291.745,93 *****

Para melhor interpretação desse resultado, também chamado de econômico, pode-se decompô-lo em resultados parciais, segundo as duas classes de variações que o determinaram.

Inicialmente, apura-se a parcela resultante das variações ocorridas na execução orçamentária, a saber:

a) Positivas

Receita orçamentária .....		14.667.932.882,47
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança da dívida ativa .....	87.083.908,09	
Alienação de bens móveis .....	1.271.930,00	
Alienação de bens imóveis .....	2.391.944,31	
Alienação de títulos e valores .....	18.389.144,55	
Empréstimos tomados .....	<u>1.480.523.803,38</u>	<u>1.589.660.730,33</u>
Receita efetiva .....		13.078.272.152,14 *****

b) Negativas

Despesa orçamentária .....		15.333.804.484,43
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis .....	42.915.052,59	
Construção ou aquisição de bens imóveis .....	309.637.585,61	
Aquisição de títulos e valores .....	800.546.671,75	
Resgate de empréstimos tomados .....	1.124.280.447,81	
Formação de créditos .....	<u>263.907.168,51</u>	<u>2.341.286.926,27</u>
Despesa efetiva .....		12.992.517.558,16 *****

O confronto entre a receita e a despesa efetivas apresenta o primei-



ro resultado parcial, o da gestão orçamentária:

Receita efetiva .....	13.078.272.152,14
Despesa efetiva .....	<u>12.992.517.558,18</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária	85.754.593,98 =====

O outro resultado parcial é resultante das variações independentes da execução orçamentária:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívida ativa .....	331.876.858,26
Inscrição de valores .....	1.470.503.573,05
Incorporação de bens .....	20.932.238,75
Cancelamento de dívidas passivas	120.178,06
Entradas de almoxarifados .....	<u>149.591.003,13</u>
	1.973.023.849,25 =====

b) Negativas

No patrimônio permanente

Cancelamento de dívida ativa ...	12.408.340,02
Inscrição de dívidas passivas ..	1.246.454.666,43
Saídas de almoxarifados .....	<u>140.623.690,85</u>
	1.399.486.697,30 =====

Da conjugação dessas variações, obtém-se o resultado extra-orçamentário:

Variações ativas .....	1.973.023.849,25
Variações passivas .....	<u>1.399.486.697,30</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário	573.537.151,95 =====

A soma dos resultados parciais equivale ao resultado patrimonial do exercício:

Superavit patrimonial orçamentário .....	85.754.593,98
Superavit patrimonial extra-orçamentário .	<u>573.537.151,95</u>
Superavit patrimonial do exercício de 1977	659.291.745,93 =====

Pelos dados apresentados, verifica-se que o superavit econômico foi, em sua maior parte, resultante das variações ativas independentes da execução orçamentária.

Em consequência do resultado apurado, a situação líquida patrimonial evoluiu, conforme se demonstra:

Ativo real líquido em 31.12.76	686.527.524,26
Superavit patrimonial em 1977.	<u>659.291.745,93</u>
Ativo real líquido em 31.12.77	1.357.819.270,19 *****

O quadro apresentado a seguir demonstra, graficamente, os resultados financeiro e patrimonial e a situação líquida global, dos últimos cinco anos.

# EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA NO QÜINQUÊNIO

MILHÕES DE CR\$

2200

2000

1800

1600

1400

1200

1000

800

600

400

200

0

200

400

600

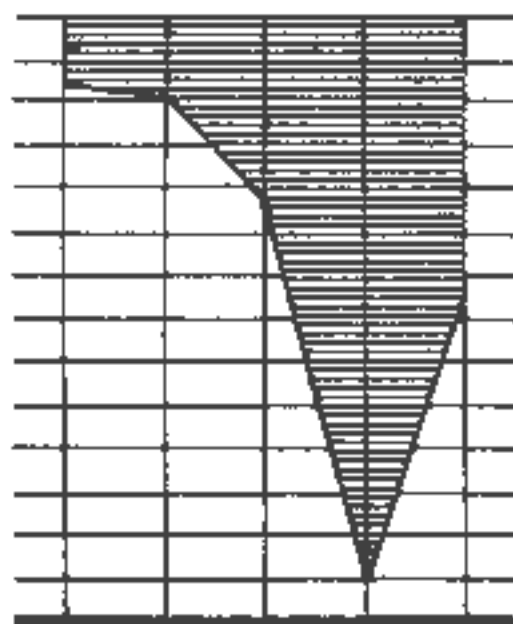
800

1000

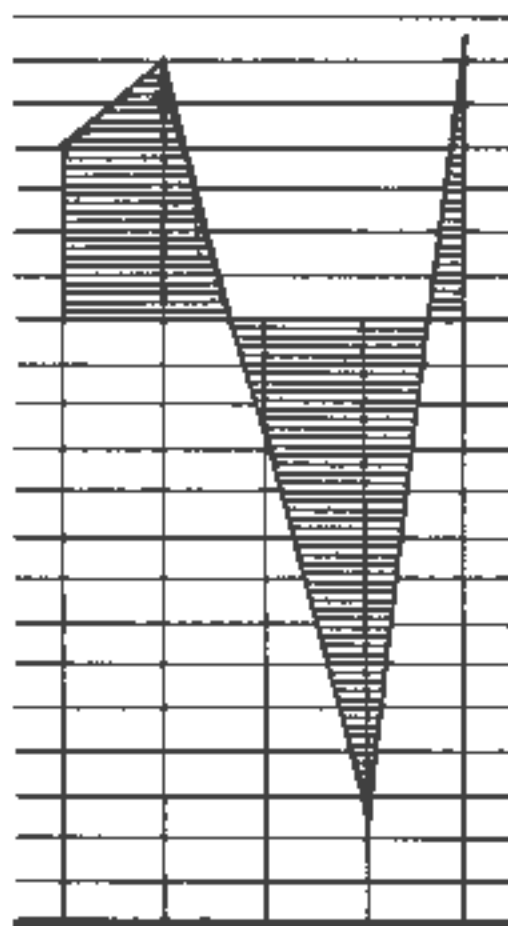
1200

ANO

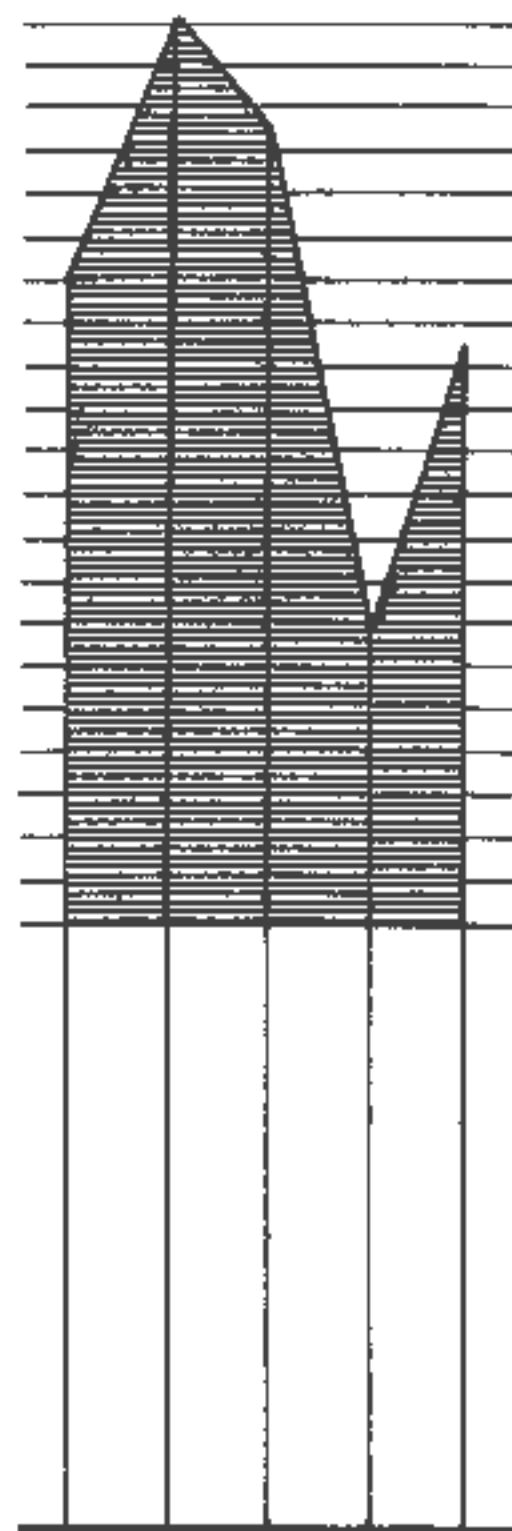
RESULTADO  
FINANCEIRO



RESULTADO  
PATRIMONIAL



SALDO  
PATRIMONIAL



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31.12.77

Ao término do exercício de 1977, as insuficiências financeiras acumuladas atingiram a quantia de Cr\$ 3.603.872.595,88.

Para determiná-las, confrontem-se os elementos ativos financeiros reais e potenciais com os elementos passivos da mesma espécie, conforme procedimento técnico consagrado pelo uso.

Os elementos reais, tanto ativos como passivos, estão expostos no Balanço Patrimonial. Os componentes potenciais, todavia, são objeto de apuração, mediante a reunião de dados consignados nos balanços de exercícios anteriores e na legislação que estabelece vinculações técnicas de recursos a despesas específicas.

Consideram-se como integrantes do ativo potencial as receitas afetadas e as operações de crédito que, embora não efetivadas, deram cobertura a despesas realizadas.

O passivo potencial, por sua vez, compreende as receitas vinculadas e as operações de créditos efetivadas, mas não utilizadas na realização das despesas a que legalmente se destinavam.

O ativo financeiro potencial atingiu o valor de Cr\$ 501.504.312,23, assim especificado:

I - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para serem aplicados pela COHAB, nos limites de 559.895 e 1.472.147,5 UPC, autorizados pela Lei 6.533, de 30.11.73 (Lei 7.030, de 10.12.76).			
a) Despesa realizada pela Secretaria do Trabalho e Ação Social é conta de dotações orçamentárias e créditos suplementares, conforme Decretos 25.110, de 14.12.76, e 26.415, de 21.12.77			
Em 1976			
U.O. 2110 - Projeto 1.242 - Contribuição para Investimento .....	94.247.125,35		
Em 1977			
U.O. 2110 - Projeto 1.195 - Contribuição para Investimento .....	<u>334.398.304,63</u>	428.645.429,98	
Menos			
b) Receita realizada até 31.12.77 .....		<u>142.879.625,22</u>	

	Parcela a realizar vinculada .....	285.765.804,76	=====
II -	Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.949, de 23.12.75		
	a) Créditos abertos		
	Em 1975		
	Especial (Dec. 24.272, de 11.12.75) .....	171.508.348,20	
	Em 1976		
	Suplementar (Dec. 24.502, de 30.4.76) ...	116.635.210,00	
	Em 1977		
	Suplementar (Dec. 25.371, de 12.3.77) ...	<u>81.826.491,25</u>	369.970.048,45
	Menos		
	b) Saldos de créditos extintos		
	Em 1975 (Dec. 24.272, de 11.12.75) .....	58.413.718,87	
	Em 1976 (Dec. 24.502, de 30.4.76) .....	81.826.491,25	
	Em 1977 (Dec. 25.371, de 12.3.77) .....	<u>81.826.491,25</u>	<u>222.066.701,17</u>
			147.903.348,28
	Menos		
	c) Produto recebido até 31.12.77 .....		<u>84.543.242,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		<u>69.360.106,28</u>
			=====
III -	Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, no limite de 383,3 milhões de cruzeiros, autorizado pela Lei 6.962, de 30.12.75		
	a) Despesa realizada à conta do crédito adicional aberto pelo Dec. 25.371, de 12.3.77, na U.O. 1902 - Projeto 1.171 - Implantação de Escolas de 1º Grau .....		139.644.692,28
	Menos		
	b) Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>115.000.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada .....		<u>24.644.692,28</u>
			=====
IV -	Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 22.11.76, para formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, no limite de 665.360 UPC - Lei 6.989, de 2.7.76		
	a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
	Encargos Gerais do Estado - U.O. 2602		
	Recursos sob a supervisão da Secretaria de Coordenação e Planejamento - Projeto 1.260 - Formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, cobertos com o produto de operações de crédito vinculadas		
	Em 1976 .....		129.825.237,35

Menos			
b) Produto recebido até 31.12.77 .....		<u>112.000.048,60</u>	
Parcela a realizar vinculada .....		17.825.186,55	
		=====	
V - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. Fed. 72.062, de 6.4.73			
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias.			
Secretaria de Coordenação e Planejamento			
U.O. 1301 - Projeto 1.076 - Formação do			
Fundo Urbano .....	1.000.000,00		
Mais			
b) Parcela a realizar, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1976 .....	<u>20.461.035,12</u>	21.461.035,12	
Menos			
c) Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>2.300.000,00</u>	
Parcela a realizar vinculada .....		19.161.035,12	
		=====	
VI - Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas			
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 26.000, de 30.9.77, na U.O. 1810 - Projeto 1.164 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns e Projeto 1.161 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....			
		<u>43.000.000,00</u>	
Parcela a realizar vinculada .....		43.000.000,00	
		=====	
VII - Contribuição da União Federal à conta de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU)			
a) Despesa realizada no exercício de 1977			
Créditos suplementares			
Dec. 25.376, de 16.3.77 .....	84.111.000,00		
Dec. 25.854, de 9.8.77 .....	97.196.239,00		
Dec. 26.194, de 11.11.77 .....	40.000.000,00		
Dec. 26.574, de 30.12.77 .....	17.500.000,00		
Crédito Especial			
Dec. 26.258, de 30.12.77 .....	<u>1.527.000,00</u>		
	220.334.239,00		
b) Saldo de crédito extinto			
Crédito especial			
Dec. 26.258, de 30.12.77 .....	<u>1.527.000,00</u>	218.807.239,00	
Menos			
c) Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>171.059.753,76</u>	
Parcela a realizar vinculada .....		47.747.485,24	
		=====	

Por sua vez, o passivo financeiro potencial somou Cr\$ 573.736.277,64,

com a seguinte distribuição:

I - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" - Ba			
cia Taquari-Antas - 2a. fase - Lei 6.162, de 31.12.70			
	Produto recebido até 31.12.77 .....		<u>1.524.950,00</u>
	Saldo de recursos a utilizar .....		<u>1.524.950,00</u>
			*****
II - Empréstimo contratado com o Kreditanstalt Für Wiederaufbau,			
no limite de DM 10 milhões, autorizado pela Lei 6.284, de			
25.10.71			
a)	Despesa realizada à conta do crédito adicional aberto per-		
	lo Dec. 26.307, de 15.12.77, na U.O. 2203 - Projeto 1208		
	- Proteção contra as Cheias do Rio dos Sinos .....		8.000.000,00
Menos			
b)	Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>11.098.980,65</u>
	Saldo de recursos a utilizar .....		<u>3.098.980,65</u>
			*****
III - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do			
Sul S.A., no limite de 597.210 UPC - Lei 6.986, de 11.6.76			
(Lei 6.284, de 25.10.71)			
	Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>177.588.219,41</u>
	Saldo de recursos a utilizar .....		<u>177.588.219,41</u>
			*****
IV - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do			
Sul S.A., em 15.10.76, no limite de 485.122,89 UPC - Lei			
7.006, de 30.9.76			
a)	Crédito suplementar aberto		
	Em 1976 (Dec. 24.792, de 15.10.76) .....	81.660.736,07	
Menos			
b)	Saldo de crédito extinto		
	Em 1976 (Dec. 24.792, de 15.10.76) .....	<u>24.235.003,65</u>	
		57.425.732,42	
Mais			
c)	Despesa realizada à conta de dotações or-		
	çamentárias		
	Superintendência do Desenvolvimento Urbe		
	no e Administração Municipal - U.O. 2203		
	Recursos sob a supervisão da Secretaria		
	do Interior, Desenvolvimento Regional e		
	Obras Públicas - Projeto 1.208 - Defesa		
	de Porto Alegre contra Inundações, co-		
	bertos com o produto de operações de		
	crédito vinculadas .....	<u>13.520.000,00</u>	70.945.732,42

Menos	
d) Produto recebido até 31.12.77 .....	<u>79.963.032,97</u>
Saldo de recursos a utilizar .....	9.017.300,55
	=====
V - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 321.292 UPC, e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no limite de ..... 1.072.920 UPC, autorizados pela Lei 7.070, de 11.4.77	
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 25.689, de 22.6.77, na U.O. 1301 - Atividade 2.108 - Implantação do Pólo Petroquímico ..	22.474.063,94
Menos	
b) Produto realizado até 31.12.77 .....	<u>116.818.297,50</u>
Saldo de recursos a utilizar .....	94.344.233,56
	=====
VI - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 16.337,02 UPC, autorizado pela Lei 7.071, de 20.4.77	
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 25.726, de 5.7.77 e Dec. 26.111, de 18.10.77, na U.O. 1301 - Atividade 2.106 - Manutenção do Programa Litoral Norte .....	2.854.250,91
Menos	
b) Produto realizado até 31.12.77 .....	<u>3.508.079,07</u>
Saldo de recursos a utilizar .....	653.828,16
	=====
VII - Cota-parte do imposto sobre energia elétrica	
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 26.113, de 18.10.77, na U.O. 1710 - Projeto 1.152 - Companhia Estadual de Energia Elétrica, para aumento de capital .....	167.871.331,75
Menos	
b) Receita realizada até 31.12.77 .....	<u>284.183.260,45</u>
Saldo de recursos a utilizar .....	116.311.928,70
	=====
VIII - Cota-parte do imposto único sobre minerais do país	
Recursos proporcionados pela cota-parte do imposto único sobre minerais do país	
Recursos realizados no exercício de 1977 .....	<u>25.871.884,46</u>
Saldo de recursos a utilizar .....	25.871.884,46
	=====



IX - Auxílio da União Federal, referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal

a) Despesa realizada no exercício de 1976

Secretaria de Coordenação e Planejamento

U.O. 1301 - Atividade 2.112 - Fundação de Economia e Estatística - Contribuição para custeio .....	230.000,00	
U.O. 1301 - Projeto 1.574 - Implementação do Convênio de Cooperação Técnica - SA-REM/SCP .....	764.076,78	
U.O. 1301 - Projeto 1.574 - Implementação do Convênio de Cooperação Técnica - SA-REM/SCP .....	<u>45.448,05</u>	1.039.524,83

b) Despesa realizada no exercício de 1977

Secretaria de Coordenação e Planejamento

U.O. 1301 - Projeto 1.077 - Implementação do Convênio de Cooperação Técnica - SA-REM/SCP .....	55.285,17	
U.O. 1301 - Atividade 2.109 - Manutenção do Convênio de Cooperação Técnica - SA-REM/SCP .....	1.189.411,00	
U.O. 1310 - Atividade 2.112 - Fundação de Economia e Estatística - Contribuição para custeio .....	570.000,00	
U.O. 2203 - Projeto 1.210 - Capacitação Técnico-Administrativa de Funcionários Municipais .....	<u>180.000,00</u>	<u>1.994.696,17</u>
		3.034.221,00

Menos

c) Recursos realizados no exercício de 1976 ..	624.000,00	
d) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1975 .....	100.000,00	
e) Recursos realizados no exercício de 1977 ..	<u>3.076.000,00</u>	<u>3.800.000,00</u>
Saldo de recursos a utilizar .....		765.779,00
		*****

X - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)

a) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias

Encargos Gerais do Estado - U.O. 2601

Diversas Transferências Correntes - Participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias .....	2.175.999.999,91
--	------------------

Menos

b) Recursos realizados no exercício de 1977, referentes a

20% da receita originária do imposto sobre circulação de mercadorias, excluída a parcela de Cr\$ .....	67.787.403,88, relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similar no Estado, e a de Cr\$ .....	46.275,14, referente a restituições do imposto sobre circulação de mercadorias .....	2.091.320.726,38	
20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios .....			71.543.052,34	
20% do imposto sobre circulação de mercadorias, arrecadado como Dívida Ativa .....			<u>12.859.563,90</u>	
			2.175.723.342,62	
c) Valor da parcela a utilizar, considerada como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1976 .....			<u>9.771.139,55</u>	<u>2.185.494.482,17</u>
Saldo de recursos a utilizar .....				9.494.482,26
				=====

#### XI - Renda da Loteria do Estado

Recursos realizados no exercício de 1977, vinculados ao art. 1º da Lei 6.953, de 20.12.75

a) Produto da renda líquida da exploração dos serviços lotéricos - item I	6.478.816,17	
b) Sobretaxa de 10% incidente sobre o preço do bilhete da Loteria Estadual - item II .....	7.140.931,35	
c) Recursos utilizados como cobertura do Dec. 25.724, de 5.7.77		
Vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75 .....	4.765.732,34	
Vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953/75 .....	<u>753.428,23</u>	19.138.908,09

#### Menos

d) Recursos utilizados em concessão de auxílios e assim distribuídos		
Vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75 - Atividade 2.048 ...	10.960.885,63	
Vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953/75 - Atividade 2.045 ...	<u>2.446.800,00</u>	<u>13.407.685,63</u>
Saldos de recursos a utilizar		
Vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75 .....	283.662,88	
Vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953/75 .....	<u>5.447.559,58</u>	<u>5.731.222,46</u>
		=====

XII - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Município e Programa Especial de Vias Expressas

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec.-Lei Fed. 999, de 21.10.69, alterado pelo Dec.-Lei Fed. 1.242, de 30.10.72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1976

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculados aos municípios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec. Leg. 3064, de 29.6.73	12.263.262,71	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	<u>12.441.328,68</u>	28.035.671,08

b) Recursos realizados no exercício de 1977 - Lei 5.987, de 22.7.70

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	155.068.616,31	
Vinculados aos municípios .....	110.763.296,96	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES .....	88.080.415,48	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	<u>11.917.864,36</u>	<u>366.830.193,12</u>
		394.665.864,20

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22.7.70

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	155.068.616,31	
Vinculados aos municípios .....	110.763.296,96	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES .....	-	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	<u>-</u>	<u>265.831.813,27</u>

Saldos de recursos a utilizar

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculados aos municípios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES .....	101.343.678,20	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	<u>24.359.194,04</u>	<u>129.033.950,93</u>

\*\*\*\*\*

XIII - Auxílio da União Federal, à conta do convênio para realização do IV Seminário Nacional de Orçamento Público		
Produto realizado até 31.12.77 .....		<u>299.517,50</u>
Saldo de recursos a utilizar .....		299.517,50
		*****

O descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1977, equivale à diferença entre o ativo e o passivo, como se demonstra:

Ativo financeiro

I - Real

Disponível .....	195.777.558,53	
Vinculado .....	270.877.512,32	
Realizável .....	<u>715.887.038,11</u>	1.182.542.108,96

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos suplementares

Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.633/73 .....	285.765.804,76	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.949/75 .....	63.360.106,28	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.962/75 .....	24.844.892,28	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.989/76 .....	17.825.188,55	
Contribuição da União Federal, relativa ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec.Fed. 72.062/73 .....	19.161.035,12	
Cota-parte do imposto sobre os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros e cargas .....	43.000.000,00	
Contribuição da União Federal, relativa ao Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU) .....	<u>47.747.485,24</u>	<u>501.504.312,23</u>

1.684.046.421,19

\*\*\*\*\*

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar .....	1.439.244.350,76
Serviço da Dívida a Pagar .....	104.470.295,37
Depósitos .....	254.760.503,76

Débitos de Tesouraria .....	1.584.880.780,55	
Diversos .....	<u>1.320.726.808,99</u>	4.714.182.739,43

II - Potencial

Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" - Bacia Taquari-Antas - 2a. fase - Lei 6.162/70 .....	1.524.950,00	
Empréstimo contratado com o Kredistans-talt Für Wiederaufbau - Lei 6.284/71 .	3.098.980,65	
Empréstimo contratado com o Banco do Es-tado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.986/76 .....	177.588.219,41	
Empréstimo contratado com o Banco do Es-tado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.008/76 .....	9.017.300,55	
Empréstimo contratado com o Banco do Es-tado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.070/77 .....	94.344.233,56	
Empréstimo contratado com o Banco do Es-tado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.071/77 .....	653.828,16	
Saldo dos recursos a utilizar da cota-parte do imposto sobre energia elétri-ce .....	116.311.928,70	
Saldo dos recursos a utilizar da cota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	25.871.884,46	
Saldo dos recursos a utilizar do Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal .....	765.779,00	
Saldo dos recursos a utilizar do Fundo de Participação dos Municípios - § 8º do art. 23 da Constituição Federal ...	9.494.482,26	
Saldos dos recursos a utilizar da renda da Loteria do Estado - Lei 6.953/75		
Vinculados ao art. 1º - item I .....	283.662,88	
Vinculados ao art. 1º - item II .....	<u>5.447.559,58</u>	5.731.222,46
Saldos dos recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Esta-do, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas		
Vinculados ao Departa-mento Autônomo de Es-trechas de Rodagem ...	3.326.250,96	
Vinculados aos municí-pios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa		

Especial de Vias Ex-pressas .....	101.343.678,20		
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO .....	<u>24.359.194,04</u>	129.033.950,93	
Saldo dos recursos a utilizar do auxílio à conta do convênio para a realização do IV Seminário Nacional de Orçamento Público .....		<u>299.517,50</u>	<u>573.736.277,64</u>
			5.287.919.017,07
			*****

DESCOBERTO FINANCEIRO

Resumo

Passivo financeiro .....	5.287.919.017,07
Ativo financeiro .....	<u>1.684.046.421,19</u>
Descoberto financeiro em 31.12.77 .....	3.603.872.595,88
	*****

As insuficiências financeiras demonstradas também podem ser apuradas de forma sintéticas. Para tanto, conjuga-se o montante do descoberto financeiro acumulado no exercício anterior, devidamente retificado, e o resultado da gestão dos recursos do Fundo Geral de 1977. A mencionada apuração sintética assim se apresenta:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31.12.76 .....	2.745.203.258,43
Mais	
Créditos suplementares abertos em 1977, com recursos de exercícios anteriores, não computados como elementos potenciais .....	<u>2.604.723,61</u>
Descoberto financeiro de 1976, retificado .....	2.747.807.982,04
II - Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercício de 1977 .....	<u>656.064.613,84</u>
Descoberto financeiro em 31.12.77 .....	3.603.872.595,88
	*****

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrarmos a presente exposição, em que foram abordados os principais aspectos da gestão realizada no período administrativo de 1977, quer sob o prisma financeiro, quer sob o prisma patrimonial, impõe-se, Senhor Secretário, tecer a consideração que segue, porque apresenta uma direta relação com a qualidade técnica do trabalho efetuado pelo órgão de controle interno, independente da característica predominantemente administrativa de que se reveste.

Como já é do seu conhecimento, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, não obstante os esforços que, de longa data, vêm sendo desenvolvidos pelas suas Chefias e o apoio e a atenção que Vossa Excelência lhe tem dado, está enfrentando dificuldades cada vez maiores para superar os aspectos negativos dos claros acusados no quadro de pessoal, não só decorrentes de aposentadorias, mas principalmente do êxodo de seus técnicos para outros setores públicos ou para setores privados, em busca de melhor compensação financeira.


Facilmente podem ser deduzidas as conseqüências que advirão de tais fatos, mormente se confrontados com a ampliação da área de atribuições deste Órgão, provocada pela crescente complexidade da administração pública e pelas profundas modificações que vêm ocorrendo na sistemática de fiscalização do órgão de controle externo.

Pelas razões expostas, impõe-se, como dever de justiça, manifestar o nosso profundo sentimento de gratidão aos colegas que conosco ainda militam na Contadoria e Auditoria-Geral, pois, graças à sua elevada e indiscutível capacidade técnica, ao seu devotamento, à sua contração ao trabalho e ao seu elogiável espírito público, foi possível apresentar à Superior Administração, dentro do prazo constitucional, o balanço geral e a presente exposição.

Nesta oportunidade, devemos mencionar a grande lacuna deixada na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado pela aposentadoria do nosso antecessor, Professor Waldir Comerlato, ocorrida em maio de 1977.

Cabe-nos salientar que, durante vinte e seis anos, o Professor Comerlato emprestou ao Órgão a integridade do seu caráter e o brilhantismo de sua cultura, aliados a um comportamento profundamente humano.

Para concluir, reiteramos a Vossa Excelência o nosso reconhecimento pelo valioso apoio dispensado a este Órgão, renovando-lhe a promessa de leal e decidida colaboração.

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read 'José Vescovi Neto'.

José Vescovi Neto,

Contador e Auditor-Geral do Estado.